nº04 dezembro/2009

UFG Afirmativa

Publicação da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Goiás

Desenvolvimento regional

Universidade cresce com a interiorização e com o investimento de recursos federais

Desenvolvimento institucional apoiado no crescimento coletivo

ASCOM UFG

PRODIRH
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos

www.ufg.br

UFG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Sede administrativa do Câmpus Avançado de Porto Nacional 13

Em setembro de 1989 foi inaugurado o Instituto de Artes no câmpus II 23

. Expediente 4
. Editorial 5
. Cronologia 6
. Galeria de ex-reitores 8
. Graduação 9
. Pós-graduação 11
. Extensão 12
. Interiorização 15
. Câmpus Jataí 16
. Seriado 20
. Investimentos 22
. Democratização 24
. Câmpus Catalão 27
. Comunicação 30
. Docência 32
. Estudantes 34
. Internacional 38

Ex-reitor Joel Pimentel de Ulhôa, primeira presidente da Adufg, Mindé Badauy de Menezes e o presidente do DCE, Alan Barbiero durante Assembleia Universitária em maio de 1989 32

Reitor
Edward Madureira Brasil
Tel.: (62) 3521-1063
reitoria@reitoria.ufg.br

Vice-Reitor
Benedito Ferreira Marques
Tel.: (62) 3521-1148
vicereitor@reitoria.ufg.br

Chefe de Gabinete
Walter Nilton Celestino da Silva
Tel.: (62) 3521-1146
wncelestinosilva@yahoo.com.br

Assessores da Reitoria
Nelson Cardoso Amaral
Tels.: (62) 3521-1146
nelson@reitoria.ufg.br
Tasso de Sousa Leite
Tel.: (62) 3521-1145
tasso@reitoria.ufg.br
Júlio César Prates (Serviço de Ouvidoria)
Tel.: (62) 3521-1149
julioprates@reitoria.ufg.br

Coordenadora de Imprensa
Silvana Coleta Santos Pereira
Tel.: (62) 3521-1309
imprensa@reitoria.ufg.br

Coordenadora de Publicidade Institucional
Thalita Sasse Fróes
Tel.: (62) 3521-1377 / 1378

Coordenador de Relações Públicas
Venerando Ribeiro de Campos
Tel.: (62) 3521-1010
venerando@reitoria.ufg.br

Coordenadora de Assuntos Internacionais
Ofir Bergemann de Aguiar
Tel.: (62) 3521-11665
cai@cai.ufg.br

Chefe Procuradoria Federal
Everaldo Rocha Bezerra da Silva
Tel.: (62) 3521-1194
everaldo@reitoria.ufg.br

Pró-reitora de Graduação (Prograd)
Sandramara Matias Chaves
Tel.: (62) 3521-1070
sandramara@prograd.ufg.br

Assessora da Prograd
Dalva Eterna Gonçalves Rosa
Tel.: (62) 3521-1070
dalva@prograd.ufg.br

Coordordenador de Licenciatura
Ivanilton José de Oliveira
Tel.: (62) 3521-1070
ivanilton@prograd.ufg.br

Coordenador de Bacharelado e Específicos da Profissão
Getúlio A. de Deus Júnior
Tel.: (62) 3521-1070
getulio@prograd.ufg.br

Coordenadora de Estágios
Marilda Shuvartz
Tel.: (62) 3521-1070
marilda@prograd.ufg.br

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)
Divina das Dores de Paula Cardoso
Tel.: (62) 3521-1155
divina@prppg.ufg.br

Coordenadora-Geral de Pós-Graduação
Dulce O. Amarante dos Santos
Tel.: (62) 3521-1314
doas@prppg.ufg.br

Coordenadora Geral de Pesquisa
Mara Rúbia da Rocha
Tel.: (62) 3521-1870
mrocha@agro.ufg.br

Coord. de Transferência e Inovação Tecnológica
João Teodoro Pádua
Tel.: (62) 3521-1340
teodoro@prppg.ufg.br

Pró-reitor de Extensão e Cultura (Proec)
Anselmo Pessoa Neto
Tel.: (62) 3521-1198
apessoa@letras.ufg.br

Coordenadora de Extensão
Giselle Ottoni
Tel.: (62) 3521-1367
giselleottoni@proec.ufg.br

Coordenadora de Cultura
Flávia Maria Cruvinel
Tel.: (62) 3521-1035
fmcruvinel@proec.ufg.br

Pró-reitor de Administração e Finanças (Proad)
Orlando Afonso Valle do Amaral
Tel.: (62) 3521-1054/1379
orlando@proad.ufg.br

Coordenador de Administração
Leonardo Eustáquio Guimarães
Tel.: (62) 3521-1138
leg@proad.ufg.br

Coordenadora de Finanças
Alete Maria de Oliveira
Tel.: (62) 3521-1273
alete@proad.ufg.br

Coordenadora de Orçamento
Cássia Soares Duarte
Tel.: (62) 3521-1123
cassia@proad.ufg.br

Coordenador de Planejamento
Renato Pinto da Silva Júnior
Tel.: (62) 3521-1188
rpinto@agro.ufg.br

Pró-reitor de Desenv. Institucional e Recursos Humanos (Prodirh)
Jeblin Antônio Abraão
Tel.: (62) 3521-1030
jeblin@prodir.ufg.br

Coordenador de Planejamento
José Carlos Seraphin
Tel.: (62) 3521-1320
seraphin@mat.ufg.br
seraphin@prodirh.ufg.br

Coordenadora de Avaliação Institucional
Regina Beatriz Bevilacqua Vieira
Tel.: (62) 3521-1322
rbeatriz@prodirh.ufg.br

Coordenador de Informações
Pedro Rodrigues Cruz
Tel.: (62) 3521-1323
pedrocruz@prodirh.ufg.br

Pró-reitor de Assuntos da Comunidade Universitária (Procom)
Ernando Melo Filizzola
Tel.: (62) 3209-6232
ernando@procom.ufg.br

Assessora do Gabinete
Norma Meneses Nunes Vitorino
Tel.: (62) 3209-6233
nvitorin@procom.ufg.br

Coordenador do Serviço Social
Amadeus Alves Pinto
Tel.: (62) 3209-6241
aalves@procom.ufg.br

UFG AFIRMATIVA
Publicação da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Goiás
Edição Dezembro de 2009

Ascom
Reitoria da UFG – Câmpus Samambaia
Caixa Postal 131
Cep: 74001-970
Goiânia – GO
Telefones: (62) 3521-1310 / 3521-1311
Fax: (62) 3521-1010
www.ufg.br
imprensa@reitoria.ufg.br

Coordernação de imprensa e editoria-geral: Silvana Coleta
Edição: Maria Glória Alves e Silvânia de Cássia Lima
Reportagem: Maria Glória Alves
Projeto gráfico: Antônio Caixeta
Editoração eletrônica: Cleomar Gomes Nogueira
Fotografia: Carlos Siqueira, Acervos dos Câmpus de Catalão e Jataí, da Adufg e da professora Maria Cassimiro
Revisão de texto: Ana Paula Ribeiro Lopes
Estagiários: Angélica Queiroz (reportagem) Danilo Soares (ilustração)
Colaboração: Participaram desta edição as jornalistas Teresa Costa (Adufg) e Kharen Stecca (Câmpus Jataí)
Impressão: Centro Editorial e Gráfico da UFG (Cegraf)

Revisão ortográfica – Foram mantidas nos artigos algumas expressões e palavras conforme a utilização pelos autores. Por exemplo, a palavra Câmpus (forma aportuguesada) por Campus ou Campi.

Professor Edward Madureira Brasil reitor da Universidade Federal de Goiás

Mais um importante período da história da UFG

O período compreendido entre 1978 e 1989 é o foco deste quarto número da revista UFG Afirmativa. O processo de interiorização dos câmpus, com a criação de unidades avançadas em Firminópolis, Porto Nacional, Catalão e Jataí marca de maneira definitiva a presença da universidade no interior e a sua importância para o desenvolvimento regional. A iniciativa contribuiu para a fixação de profissionais em suas regiões de origem, diminuindo a migração de recursos humanos. Mais do que isso, a visão dos que acreditaram na interiorização como possibilidade de ampliação e descentralização da universidade, contribuiu para o que temos hoje, unidades que caminham para a completa autonomia.

Esta edição focaliza também os benefícios conquistados pela UFG por meio do Programa de Desenvolvimento das universidades federais brasileiras (MEC BID III), que possibilitou, dentre outras ações, apoio à consolidação do câmpus II com projetos de infraestrutura, novos prédios para o câmpus I e reformas em Catalão. Depois desse período, só agora, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a universidade voltou a receber verba para ampliação.

Artigos e entrevistas demonstram que foi uma época de grande efervescência na academia. Os movimentos docente e estudantil se organizaram e passaram a também contar parte importante da história da UFG. Mais uma vez surgem nomes de pessoas abnegadas, que não mediram esforços para ver a instituição crescer forte, sobre pilares seguros. As dificuldades enfrentadas pelos gestores do período foram vencidas pela força do trabalho em equipe e principalmente pela motivação de ver a universidade cada vez maior, cada vez mais representativa regionalmente.

Parte importante da história que ajudamos a contar agora foi registrada pelo Jornal da Universidade criado em 1987 pela Coordenação de Comunicação e que circulou até 1989. O esforço de produção dos envolvidos garantiu a divulgação de parte do que era produzido pela UFG durante o período.

Mais uma vez é importante salientar que o nosso esforço em fazer estes registros não pretende ser único, mas é bastante cuidadoso no sentido de reconhecer a importância de todos que são e foram fundamentais nessa trajetória de muitas lutas, e também de muitas conquistas, do que é hoje a nossa UFG.

1979 – A UFG marcou presença no estado do Piauí, onde foi instalado o Câmpus Avançado de Picos, que vigorou até 1984, mantido pela Fundação Projeto Rondon, do Governo Federal.

- Após 10 meses da gestão provisória, em 11 de outubro de 1979, tomou posse a primeira diretoria da Adufg, comandada pela professora Mindé Badauy de Menezes.

1981 – As pró-reitorias hoje existentes passaram a compor a administração superior da Universidade Federal de Goiás em 1981, nos termos da Resolução nº 01/81, após o desmembramento das 1ª e 2ª Sub-reitorias – modelo administrativo que funcionou até 1980.

- A UFG começou a oferecer no Câmpus Avançado de Jataí cursos de graduação em Licenciatura Plena em Ciências, com habilitação em Matemática, Física e Química. A iniciativa foi fruto do Programa de Interiorização de Cursos de 3º grau, que deu ênfase à formação e aperfeiçoamento de professores de 1º e 2º graus.

- Realiza-se a primeira eleição direta para reitor da UFG, envolvendo toda a comunidade universitária. Foi eleito nesse pleito o professor de Filosofia, Joel Pimentel de Ulhôa.

A inauguração do Câmpus Avançado de Catalão deu novo impulso ao desenvolvimento reginal

1978 1979 1980 1981 1982

1978 – No dia 21de dezembro, no auditório do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), com a presença de 31 professores, foi fundada a Associação de Docentes da Universidade Federal de Goiás (Adufg).

1980 – Em março de 1980 foi aprovada a criação do Câmpus Avançado de Porto Nacional, localizado na região norte do estado (que nessa época ainda não tinha sido dividido).

- Em março, a UFG e a prefeitura de Jataí firmaram convênio visando à criação de um câmpus avançado. No dia 10 de dezembro foi inaugurado, o Câmpus Avançado de Jataí, que iniciou suas atividades acadêmicas no mês de março do ano seguinte.

- Em outubro teve início na UFG a primeira greve docente, movimento que se tornou nacional e fez nascer o atual Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (Andes).

1982 – Instaurou-se na Universidade Federal de Goiás ampla discussão, envolvendo professores e alunos, sobre o ensino de graduação, motivada pela proposta de volta ao antigo regime seriado, que fora substituído, com a Reforma Universitária de 1968, pelo sistema de créditos.

Biblioteca Central inaugurada em 1989

1983 – Foi assinado, entre o Ministério da Educação e Cultura, o Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação e a Universidade Federal de Goiás, o Convênio nº 035/83, com o objetivo de transferir recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a implementação do programa MEC BID III, cuja pretenção era apoiar iniciativas de ensino, pesquisa e extensão das universidades federais brasileiras.

- Em 17 de dezembro, foi inaugurado o Câmpus Avançado de Catalão. Além de obter recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (MEC BID-III) para a construção dessa unidade, a UFG contou com a colaboração da Prefeitura local.

- O Programa de Interiorização da UFG, coordenado pela Pró-reitoria de Extensão, foi submetido à apreciação do Conselho Federal de Educação (CFE), que o aprovou no dia 5 de abril.

- Em abril, a UFG realizou um Simpósio de Graduação, que definiu o retorno do regime seriado, a partir de 1984.

1987 – Por meio da Portaria nº 00373 de 7 de abril de 1987, expedida pelo então reitor Joel Pimentel de Ulhôa, foi criada a Assessoria de Assuntos Internacionais, órgão responsável pelo desenvolvimento e ampliação da cooperação internacional com instituições congêneres de outros países. Em 1991, a assessoria torna-se Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI) da UFG.

1989 – Com os recursos do convênio MEC BID III, a UFG promoveu uma de suas maiores expansões físicas, inaugurando várias obras nos câmpus I e II. Também reformou prédios, comprou equipamentos e investiu em recursos humanos.

1983 1985 1987 1988 1989

1985 – Com o apoio da comunidade, representada pela Fundação Educacional de Jataí, a UFG implantou o curso de Pedagogia.

Ex-reitora Maria do Rosário Cassimiro na abertura do curso de Pedagogia

1988 – Foi criado, em fevereiro, o Jornal da Universidade, com o objetivo de abrir espaço para a comunidade universitária debater e divulgar suas ideias.

- No dia 17 de novembro foi criado, como órgão complementar da UFG, o Núcleo de Estudos e Coordenação de Ações para a Saúde do Adolescente (Necasa), que tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento de ações voltadas para a saúde integral e o exercício da cidadania dos adolescentes.

Ex-Reitores da UFG

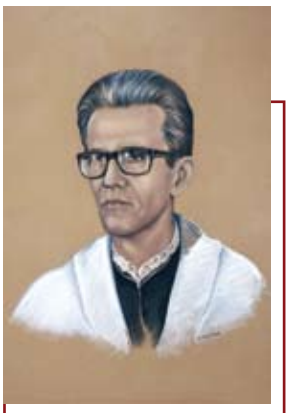
1961 - 1964

Professor Colemar Natal e Silva

1964

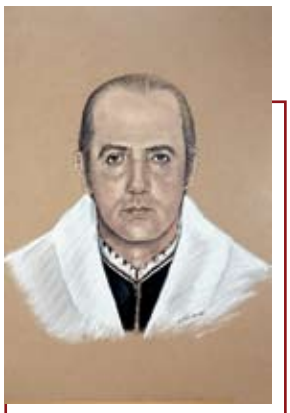
Professor José Martins D'Alvarez

1965 - 1968



Professor Jerônimo Geraldo de Queiroz

1969 - 1972

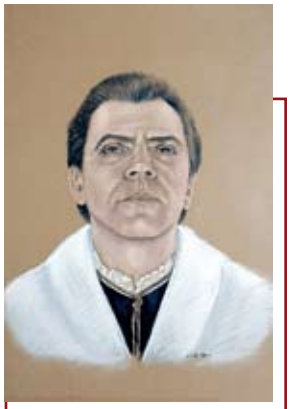


Professor Farnese Dias Maciel Neto

1973 - 1977

Professor Paulo de Bastos Perilo

1978 - 1981



Professor José Cruciano de Araújo

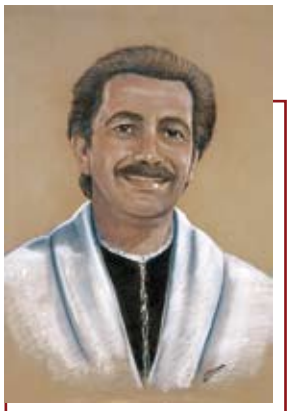
1982 - 1985

Professora Maria do Rosário Cassimiro

1986 - 1989

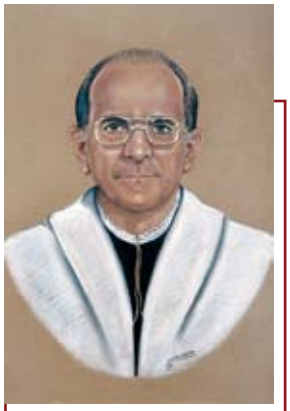
Professor Joel Pimentel Ulhôa

1990 - 1993



Professor Ricardo Freua Bufáiçal

1994 - 1997



Professor Ary Monteiro do Espirito Santo

1998 - 2005

Professora Milca Severino Pereira

Criação das pró-retorias acelera ações nos diversos setores da universidade

*Fausto Rodrigues Valle**

O professor José Cruciano de Araujo foi reitor de 1978 a 1981, período que sofreu reflexos das modificações políticas do país. Batalhou-se, no interesse maior da universidade, pela conciliação e manutenção, em alto nível, dos vários tipos de pensamentos, procurando atitudes moderadoras que não modificassem a fluência da vida administrativa.

A criação das pró-reitorias foi um fator inequívoco de aceleramento das atividades acadêmicas, de assistência aos alunos e, enfim, do desenvolvimento de todos os setores da universidade. Houve um desafogo da 1ª Sub-reitoria, que era responsável por todas as atividades distribuídas então pelas pró-reitorias criadas. Foi, sem dúvida, uma grande modificação administrativa, que deu novos rumos ao andamento das atividades universitárias.

Formado em medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ingressei na Universidade Federal de Goiás em seus primeiros anos, quando o Departamento de Pediatria e Puericultura iniciava as aulas para a primeira turma da Faculdade de Medicina. Fui nomeado vice-diretor da Faculdade de Medicina (1974 a 1978), sendo responsável pelo Colegiado de Curso em parte desse período. Por consequência, fui membro do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa e da Câmara de Graduação, presididos então pelo primeiro vice-reitor, professor José Cruciano.

Fui convidado a assumir a Pró-reitoria de Graduação, após a sua criação, em 1979. No entanto, estava acompanhando, desde o começo, a transição administrativa, na 1ª Sub-reitoria, cujo titular era o professor Joaquim Caetano (futuro pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação), participando das modificações que se processavam. A Pró-reitoria de Graduação consolidou sua estrutura embasada no Regimento da universidade, homologado em dezembro de 1979, pela Resolução nº. 144.

Foco – A preocupação inicial foi a procura de solução de problemas já detectados, como a estagnação de grande contingente de alunos no ciclo básico, por causas diversas. Um estudo bem elaborado pelo professor Osvaldo Vilela deu ao pró-reitor a oportunidade de, mediante uma Portaria, resolver o problema. O motivo da estagnação era a grande quantidade de choques de horários, o que impedia as matrículas de acordo com as necessidades e prejudicava a oferta de disciplinas em número suficiente para atender à demanda.

Pelos mesmos motivos (choques de horários, insuficiência de oferta de disciplinas, falta de controle pelos colegiados, em virtude da ausência de uma melhor estrutura), quase duzentos alunos, de vários cursos (a maioria do curso de Ciências Biológicas), estavam prestes a ser jubilados, por não finalizarem o curso dentro do prazo máximo estabelecido pelo MEC. A Pró-reitoria de Graduação, por meio de sua assessoria, avaliando o assunto, chegou à conclusão de que a responsabilidade cabia, quase inteiramente, à própria universidade, que não propiciara meios a esses estudantes de efetuarem suas matrículas, pelos motivos supramencionados.

Uma carta, com apoio do reitor, enumerando as diversas considerações, assumindo a responsabilidade e propondo soluções, foi encaminhada ao MEC. Após 19 dias, para nossa satisfação, a proposta foi publicada integralmente no Diário Oficial, restando apenas a sua regulamentação, o que foi feito por meio de uma Portaria.

Na Pró-reitoria de Graduação, tentamos solucionar problemas que travavam a boa fluência administrativa na área acadêmica. Comissões de professo-

Fausto Valle, Pró-reitor de Graduação na gestão 1978-81: preocupação inicial com a estagnação de grande contingente de alunos no ciclo básico

res foram formadas com o objetivo de sugerir a criação de novos cursos, como, por exemplo, o de Filosofia e o de Biblioteconomia, aprovados pelo MEC, sem maiores contratempos.

No plano didático, cuidamos de implantar o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior (PADES/UFG), visando ao treinamento em tecnologia educacional. Importante também foi a programação de cursos de atualização destinados a docentes do ensino fundamental e do médio da rede pública, em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura do estado de Goiás (SEC). Entre os seminários promovidos destaca-se o I Seminário sobre Licenciatura, com tão bom resultado, que foi adotado por outras universidades. Também importante foi o convênio estabelecido entre a UFG e a Universidade Católica de Goiás, de cooperação acadêmica, permitindo a complementaridade de disciplinas aos alunos de ambas as universidades que estivessem concluindo o curso. Outro convênio, entre o Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (Cenafor), o MEC, a SEC e a UFG, possibilitou a habilitação de professores da rede estadual de ensino na área profissionalizante do currículo do antigo 2º Grau. O curso foi ministrado no período de férias, em regime parcelado, com início em 1980 e término previsto em 1983, no reitorado seguinte.

Administração – No plano administrativo, a Pró-reitoria de Graduação deu toda assistência aos colegiados de cursos para que exercessem sua autoridade plena, de acordo com os regulamentos, sem interferência ou ingerência superior. Em relação à infraestrutura, a Pró-reitoria adquiriu equipamentos e móveis, que foram repassados aos colegiados que deles necessitassem.

A Câmara de Graduação, presidida pelo pró-reitor e composta pelos presidentes de colegiados, foi de inestimável apoio à Pró-reitoria. No início de nossa gestão, o número de processos analisados pela Câmara era considerável, embora a casuística fosse semelhante. Um estudo da assessoria jurídica, analisado pelos membros da Câmara, levou ao estabelecimento de jurisprudência aplicada a processos semelhantes, ficando o pró-reitor autorizado a despachá-los, sem a necessidade de encaminhá-los às reuniões. Essa medida reduziu sensivelmente o volume de processos analisados pela Câmara.

Considero que o Departamento de Assuntos Acadêmicos (DAA) foi de fundamental importância para democratizar e desburocratizar o serviço, permitindo um acompanhamento mais eficiente dos registros escolares, tendo em vista a observância dos prazos mínimo e máximo estabelecidos para os cursos de graduação.

Créditos – A UFG talvez tenha sido a segunda universidade a implantar o sistema de créditos, logo após a Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, salvo engano. Em meu ponto de vista, a UFG não tinha, à época, nenhuma condição para implantar o sistema de créditos, tendo sido inoportuna a sua adoção. No afã de "atualizar e melhorar o ensino", a introdução prematura desse sistema acabou por criar muitas situações negativas que perduraram por longo tempo. Não houve melhora no ensino, como se apregoava. Creio mesmo que houve, em alguns cursos, alguma queda na qualidade. O que pude observar, sem contudo ter como provar, é que o aluno, meio perdido, procurava não apenas alcançar o almejado conhecimento, mas obter logo o crédito, principalmente de uma disciplina que fosse pré-requisito, para ter direito à próxima matrícula.

Como últimas palavras, ressalto que a gestão do professor José Cruciano deu-se num período de transição, tanto no país como na própria universidade. O espírito democrático do reitor, sua tolerância, fez a nau seguir seu rumo. Seus auxiliares procuraram uma aproximação maior com alunos e professores, sempre visando a harmonia. Todas as reivindicações discentes ou docentes eram atendidas, na medida das possibilidades. Estabeleceu-se um bom diálogo, em todos os setores. Enfim, nessa gestão, abriu-se significativamente um caminho amplo para que as gestões vindouras pudessem ampliar e melhorar, cada vez mais, o bom prestígio que a universidade conquistou.

** Fausto Rodrigues Valle é médico e professor aposentado da Faculdade de Medicina da UFG*

Capacitação docente: grande foco da PRPPG

Além de investir no corpo docente, a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) buscou, assim que foi criada, em 1981, incentivar a produção científica

Primeiro pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação (gestão 1978-1981), atualmente professor aposentado do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP), o médico Joaquim Caetano de Almeida Netto afirma que a PRPPG deu grande ênfase, no princípio, à capacitação dos professores, por meio do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD) da universidade.

Segundo Almeida Netto, o PICD – já existente antes da criação das pró-reitorias, mas pouco divulgado –, contribuiu sobremaneira para a elevação do quantitativo de docentes licenciados para a pós-graduação, tanto em instituições brasileiras como estrangeiras. "Investimos muito nesse programa, que aos poucos ganhou visibilidade e se tornou uma referência para os professores que buscavam a capacitação".

O professor ainda conta que, caminhando nessa mesma direção, a Pró-reitoria iniciou seu trabalho por um acurado estudo da Pós-graduação na universidade, quer no tocante ao afastamento de pessoal para realização de cursos fora da instituição, quer no apoio aos cursos realizados na própria UFG. "Havia uma necessidade emergente de capacitar os nossos professores, e a demanda por isso era significativa, principalmente de docentes da área de ciências humanas. Mas não demorou muito para as áreas de exatas e biológicas se interessarem pela pós-graduação", recorda Netto.

Além da capacitação docente, a PRPPG focou sua atenção na área de pesquisa, buscando dinamizar as ações de núcleos de pesquisa emergentes ou já consolidados. Como exemplo, o professor cita as jornadas goianas de pesquisadores, que proporcionaram a divulgação dos trabalhos de pesquisa e um intenso convívio científico, e ainda motivaram a realização de intercâmbios.

Outro esforço da PRPPG foi centrado no registro extensivo da produção científica, tendo como grande suporte a Editora UFG, que era vinculada administrativamente à Pró-reitoria. Nessa época, circulavam as revistas científicas das Faculdades de Direito, Educação e de Medicina, da Escola de Agronomia e Veterinária, dos Institutos de Artes e de Patologia Tropical.

Quanto ao ensino de Pós-graduação, a UFG oferecia, até 1981, os cursos de mestrado em História, Letras, Matemática, Medicina Tropical e Biologia Celular, e ainda 19 cursos de especialização.

Joaquim Caetano, Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação na gestão 1978-81: "Havia uma necessidade emergente de capacitar os nossos professores e a demanda por isso era significativa"

Mudança – A Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG) e as demais pró-reitorias hoje existentes passaram a compor a administração superior da Universidade Federal de Goiás em 1981, de acordo com a Resolução nº. 01/81, do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa, após o desmembramento das 1ª e 2ª Sub-reitorias – modelo administrativo que funcionou até 1980.

A 1ª Sub-reitoria coordenou, até este período, as áreas de pesquisa e pós-graduação, a de graduação e a de assuntos estudantis. Responsável pela coordenação das atividades e serviços gerais de administração, material e finanças da universidade, a 2ª Sub-reitoria foi substituída pela Pró-reitoria de Administração e Finanças.

Joaquim Caetano de Almeida Netto, que acompanhou toda a mudança estrutural da administração superior da UFG, lembra que a idéia de criação das pró-reitorias nasceu na gestão do ex-reitor Paulo Perillo (1974-1977), mas somente ganhou forma no último ano de mandato do ex-reitor José Cruciano de Araújo (1978-1981). "Eu presenciei essa história. Primeiro, como coordenador de Pesquisa e Pós-graduação nos mandatos de Perillo e José Cruciano. Depois, como primeiro pró-reitor da PRPPG. Mas isso só ocorreu em 1981", salienta.

Ele acredita que a nova configuração do organograma da instituição contribuiu para o seu crescimento e também para a dinamização das atividades de ensino, pesquisa e extensão. "A área de pesquisa e pós-graduação, por exemplo, conquistou autonomia e maior representatividade. E mais, ganhamos visibilidade", completa. O médico cita outra vantagem da criação da Pró-reitoria: a possibilidade de canalizar mais recursos, por meio de órgãos de fomento, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Uma universidade para o bem comunitário

Esse era o objetivo central dos programas de extensão da UFG implantados no final da década de 1970 e início de 80. As iniciativas nessa área deram vida aos primeiros câmpus avançados no interior do estado de Goiás

A ex-reitora da Universidade Federal de Goiás, a professora emérita Maria do Rosário Cassimiro, conta que uma de suas grandes preocupações, durante o período em que integrou a direção superior da instituição, como pró-reitora de Extensão (1978-1981) e como reitora (1982-1985), foi consolidar uma filosofia de trabalho que buscasse prioritariamente unir universidade e comunidade, a ponto de se formar uma simbiose de vida e ação entre ambas.

Para garantir a integração do mundo acadêmico com o mundo comunitário, a professora buscou reforçar, em suas gestões, o caminho da interiorização da universidade. Nessa mesma direção, uma iniciativa – a princípio, experimental – já havia sido feita em 1973, quando a UFG instalou, em Firminópolis (GO), seu primeiro câmpus avançado, com o objetivo de levar os recursos de seus conhecimentos científicos e tecnológicos para a população desse município. Construída numa área de cerca de 7 mil m^2, a unidade recebeu o nome de Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac).

Ampliação – A proposta de interiorização da universidade foi expandida e dinamizada na administração do ex-reitor José Cruciano de Araújo (gestão 1978-1981). Em 1979, a UFG rompeu as fronteiras do território goiano e marcou presença no estado do Piauí, onde foi instalado, em prédios do Ministério do Interior, o Câmpus Avançado de Picos, que vigorou até 1984, mantido pela Fundação Projeto Rondon, do governo federal.

No início da década de 1980, a UFG abria, com seus próprios recursos, novas frentes de trabalho no interior de Goiás. Em março de 1980, era aprovada a criação do Câmpus Avançado de Porto Nacional, localizado no norte do estado (que nessa época ainda não tinha sido dividido). A sede administrativa dessa nova unidade funcionou, a princípio, em dependências cedidas pela prefeitura local, mas logo foi transferida para um prédio próprio, no centro da cidade.

Pró-reitora de Extensão, entre 1978-81, e Reitora, entre 1982-85, a professora Maria do Rosário Cassimiro buscou reforçar o caminho da interiorização da universidade, visando a sua integração com a comunidade

Em dezembro desse mesmo ano, a universidade chegou a Jataí. O terreno e a edificação desse novo câmpus, que começou suas atividades em 1981, foram em parte doados pela prefeitura, e em parte adquiridos pela própria UFG.

Em 1983 entrou em funcionamento o Câmpus Avançado de Catalão, que foi instalado em um terreno doado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Além de obter recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a construção dessa unidade, a UFG contou com a colaboração da prefeitura local, que, à época, doou uma área urbana equivalente a 10 alqueires e disponibilizou máquinas e equipamentos para o desenvolvimento e a dinamização de estudos, pesquisas e projetos acadêmicos.

Dentro das metas de ampliação dos programas de interiorização, estava prevista ainda a abertura de um campo de estágio universitário na cidade de Araguaína, no extremo norte goiano. A professora explica que a proposta não vingou em razão de divergências ideológicas dos políticos locais. "Com exceção desta, as outras frentes de trabalho implantadas no interior deram respostas positivas para a minha inquietação sobre o tipo de ação que a universidade deveria, naquela época, desenvolver", conclui.

Levantamento – A escolha dos municípios goianos para a instalação dos câmpus avançados se deu com base em estudos feitos pela própria universidade, nos quais se buscou encontrar, em Goiás, diferentes regiões consideradas de alto potencial de desenvolvimento socioeconômico. E foi esse levantamento que definiu as prioridades para cada região. O trabalho de

professores e alunos da UFG procurou também conhecer as reais necessidades das populações interioranas.

Os polos de crescimento identificados se encontravam nas seguintes microrregiões do estado: Médio Tocantins–Araguaia (Porto Nacional), Mato–Grosso de Goiás (Firminópolis/São Luís de Montes Belos), Serra do Caiapó (Jataí) e Sudeste Goiano (Catalão). Nessas áreas geográficas, a UFG, com o apoio das prefeituras locais, se fez presente, colocando o ensino e a pesquisa a serviço do progresso regional.

A extensão universitária nas cidades do interior constituiu-se, em campos de estágio para os alunos de vários cursos, como Medicina, Odontologia, Bioquímica, Nutrição, Enfermagem, Agronomia, Veterinária, Direito, Jornalismo e Pedagogia. Os trabalhos desenvolvidos pela comunidade acadêmica nos câmpus avançados tinham por objetivo minorar as dificuldades vividas principalmente pelas populações de baixa renda.

A UFG voltou sua atuação também para a disseminação de resultados de pesquisas realizadas por suas unidades de ensino, bem como para a introdução de novas tecnologias referentes ao trato do solo, à criação de animais, às práticas pedagógicas, à saúde e à alimentação.

"A interiorização da UFG abriu caminho para a universidade se colocar, na prática, a serviço do homem do interior", afirma Maria Cassimiro

Segundo Cassimiro, as atividades de extensão universitária possibilitaram formar alunos – e futuros profissionais – comprometidos com o bem da comunidade. Para ela, a verdadeira formação acadêmica só ocorre quando a universidade assume o compromisso de estender os seus conhecimentos para além de suas fronteiras físicas, dando sentido concreto ao seu conceito de universalidade. "Formar acadêmicos somente dentro das salas de aula, por melhores

Acima: Em visita ao Câmpus Avançado de Jataí, moradores da cidade recebem a reitora Maria do Rosário Cassimiro e seus assessores, em maio de 1982. Ao lado: sede administrativa do Câmpus Avançado de Porto Nacional, localizada no centro da cidade

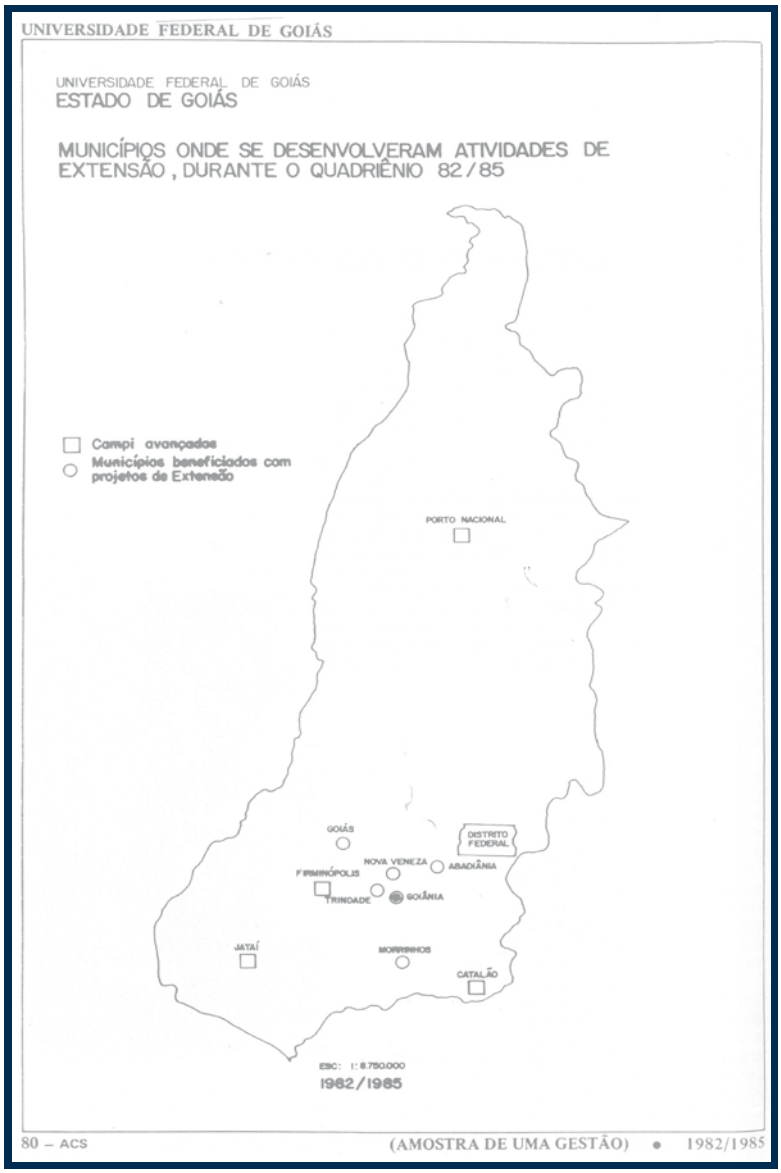
Oliveira Leite: "a extensão universitária promoveu melhorias significativas para as populações do interior goiano"

que sejam os mestres e os autores ensinados, significa preparar profissionais para atuarem em um mundo hipotético que em alguma parte do globo já existiu e foi descrito nos livros, mas que não corresponde ao mundo concreto em que o aluno deverá atuar", frisa a ex-reitora.

Convênios – Para o professor aposentado de Filosofia e História Antiga, do extinto Instituto de Ciências Humana e Letras (ICHL) da UFG, Oliveira Leite Gonçalves, assessor especial durante as gestões de Maria do Rosário Cassimiro, os trabalhos de extensão universitária cumpriram um papel social muito relevante, a ponto de promover melhorias significativas para as populações mais pobres do interior de Goiás. "Os municípios, representados pelas prefeituras, e também a própria comunidade, vinham pedir à UFG soluções para os seus problemas. Esses organismos perceberam que a universidade podia ser um importante instrumento de transformação da sociedade", acrescenta Oliveira Leite.

O professor revela que, em decorrência dos convênios celebrados com organismos municipais e também com o MEC, a Pró-reitoria de Extensão teve condições de canalizar boas fontes de recursos. "Esses convênios contribuíram, sobremaneira, para o aumento da receita dessa Pró-reitoria, que chegou a dispor de um orçamento superior ao que lhe era destinado pela própria universidade", declara.

O professor acredita que, além do bem social, os programas de extensão da UFG proporcionaram aos alunos estagiários uma oportunidade única de exercer, sob orientação especializada, as tarefas que a sua profissão lhes reservava. "Por diversas vezes, ouvi os alunos dizerem que, na extensão, puderam compreender o verdadeiro sentido de sua profissão", concluiu.



Extensão nos câmpus avançados da UFG

Extensão	1978	1979	1980	1981
Nº de alunos	122	168	454	464
Nº de professores	42	38	51	54

Extensão	Picos 1982-84	Porto Nacional 1982-85	Firminópolis 1982-85	Catalão 1984-85	Jataí 1985
Nº de alunos	295	308	420	75	05
Nº de professores	65	53	96	18	05

Cursos superiores chegam ao interior

Com a instalação do Câmpus Avançado de Jataí, em dezembro de 1980, a UFG, por meio da Pró-reitoria de Extensão, inaugurou uma nova frente de trabalho ao ofertar, a partir de 1981, cursos de graduação em Licenciatura Plena em Ciências, com habilitação em Matemática, Física e Química. A iniciativa foi fruto do Programa de Interiorização de Cursos de 3º grau, que deu ênfase à formação e aperfeiçoamento de professores de 1º e 2º graus.

A implantação do câmpus foi acompanhada de perto pelo professor de Matemática atualmente aposentado, Mauro Urbano Rogério, do então Instituto de Matemática e Física (IMF). Convidado a ser o primeiro diretor da mais nova unidade, depois de compor o então Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa, ele se encarregou de todo o processo de estruturação dos cursos de graduação de Jataí. "Foram tempos de muito trabalho, mas tivemos muito apoio da administração superior da universidade", afirma.

Graduação – O curso de Licenciatura em Ciências começou oferecendo 100 vagas no total, número considerado suficiente para atender a demanda do município. Em 1985, com o apoio da comunidade, representada pela Fundação Educacional de Jataí, a UFG implantou o curso de Pedagogia, que apresentou uma forte concorrência já em seu primeiro vestibular, com 222 candidatos disputando 50 vagas.

O professor recorda que se sentiu desafiado ao se deparar com a situação inicial do Câmpus Avançado de Jataí: "Cerca de 90 alunos, que tinham acabado de passar no primeiro vestibular da cidade, ávidos por aprender, encontravam-se em um prédio sem nenhum equipamento". Urbano conta que bastou apenas um ano para deixar a unidade estruturada, com salas de aulas, biblioteca e laboratórios devidamente equipados.

Retorno – Em 1982, Mauro Urbano voltou para Goiânia para assumir a Pró-reitoria de Extensão, já na gestão da reitora Maria do Rosário Cassimiro. Com sua experiência em Jataí, contribuiu com o projeto de implantação do Câmpus de Catalão, que começou a funcionar no ano seguinte. Como gestor disse que não encontrou grandes dificuldades em efetivar outros projetos de extensão, pois a área dispunha de bons recursos financeiros, canalizados por meio dos diversos convênios, principalmente os efetivados com o Ministério da Educação.

O professor de Matemática Mauro Urbano foi o primeiro diretor do Câmpus Avançado de Jataí: "Em um ano estruturamos a unidade, que passou a dispor de salas de aulas, biblioteca e laboratórios devidamente equipados"

No início de 1983, o professor de Matemática deixou o cargo na Reitoria e retomou suas atividades em sala de aula. Do seu tempo de pró-reitor, ele faz a seguinte análise: "Sou muito otimista em relação à UFG. Estou certo de que cada reitorado teve e terá o seu valor. Nesse período, por exemplo, floresceu uma nova visão dentro do mundo acadêmico. Embora vivêssemos sob fortes restrições políticas, impostas pela ditadura, a universidade pôde redefinir o seu papel e se abrir mais para a comunidade. Dentro dessa nova concepção, a instituição buscou investir mais na ação comunitária".

Democratização – Responsável na época pelo Programa de Interiorização de Cursos de 3º grau, a professora Maria do Rosário Cassimiro, afirma que a interiorização dos cursos de graduação é prova concreta do esforço da UFG em democratizar a escola e em garantir a melhoria da qualidade dos ensinos fundamental e médio, que é assegurada, entre outros fatores, pela elevação do nível de competência dos professores. Para ela, esses profissionais representam "a viga mestra para a configuração do sistema educacional consistente e democrático".

De acordo com Maria Cassimiro, com o processo de interiorização dos cursos superiores, a universidade contribuiu para a fixação de profissionais na própria região, diminuindo a migração de recursos humanos capacitados para os grandes centros urbanos. "Nas cidades interioranas onde a UFG estendeu sua atuação, os estudantes tiveram a oportunidade de se formar e seguir carreira profissional em sua própria terra natal, possibilitando que construíssem seu próprio desenvolvimento, no local onde viviam e tinham suas raízes", analisa.

Em 1983, o Programa de Interiorização da UFG foi submetido ao exame do Conselho Federal de Educação (CFE), que louvou o espírito de iniciativa da universidade. O parecer do relatório do CFE, aprovado no dia 5 de abril de 1983, dizia que "o Programa de Interiorização, concebido pela Universidade Federal de Goiás, exprime louvável política de ampliação de suas atividades, descentralizando-as para atingir regiões interioranas do Estado, cujo território representa o parâmetro de ação da universidade".

O Câmpus "Avançado" de Jataí: a maioridade no

*Luciene Lima de Assis Pires**

O Câmpus Avançado de Jataí (CAJ) da Universidade Federal de Goiás (UFG), chega aos 29 anos em 2009. Considero-me participante dessa história, pois nela atuei de 1986 a 2009, e por isso reflito um pouco sobre essa instituição, que se consolidou no sudoeste goiano como um *locus* de produção e socialização do saber.

O Brasil viveu, de 1964 a 1985, um dos períodos mais repressivos de sua história. Foram 21 anos de uma estrutura política altamente centralizada nas mãos dos governos militares que provocaram uma ruptura com os processos de democratização da sociedade brasileira, o que influiu na educação brasileira em todos os níveis.

Na estrutura política, mantida por diferentes ministérios, encontrava-se o Ministério do Interior, e, vinculado a este, havia o Projeto Rondon. Dentre as ações do projeto encontravam-se políticas voltadas para as chamadas "comunidades carentes". Nesse contexto inserem-se as políticas de extensão/interiorização das universidades brasileiras, coordenadas pelas então pró-reitorias de Extensão, com a possibilidade de abertura de diferentes campi pelo interior do país.

A possibilidade de interiorizar não apenas a extensão, mas também o ensino, atendendo a demandas do interior do estado se iniciou no final da década de 1970 e início da década de 1980. A decisão da UFG em implantar os campi significava aparentemente a solução dos problemas enfrentados pelos municípios pela insuficiência de oferta do ensino superior, mas representava também, a partir daí, a peregrinação por recursos para implantação e manutenção dos cursos.

Para que o CAJ fosse instalado, a universidade não dispunha de recursos para serem lá investidos. Surgida a primeira dificuldade, a estrutura física, a Prefeitura negociou com o Instituto Samuel Graham a cessão da área e construiu a primeira etapa do prédio, inaugurado em 1980. A segunda dificuldade, equipar o prédio, a biblioteca, os laboratórios, para que os cursos se iniciassem, é novamente solucionada pelo município, que, subsidiado também por recursos oriundos do governo estadual, 'equipa' o CAJ. Posteriormente, os livros, os equipamentos dos laboratórios, toda a estrutura física seriam tombados como patrimônio público federal, pertencente à universidade.

Licenciatura – Supridas as condições básicas, foram iniciados os primeiros cursos do CAJ, as licenciaturas em Física, Matemática e Química, mantidos pela UFG, que deslocava para Jataí os professores dos cursos de Goiânia, já que a Prefeitura contribuíra "somente" com as instalações. No entanto, a alegria durou pouco, e os problemas não demoraram a reaparecer.

Somos conhecedores da descontinuidade das políticas públicas em nosso país. A extinção do Ministério do Interior ocasionou a perda de dotação orçamentária da Pró-reitoria de Extensão da UFG e o CAJ, sem essa dotação e sem uma política de interiorização, não tinha como se manter.

Com a possibilidade, praticamente concreta, de fechamento do campus, a comunidade se mobilizou para manter a UFG em Jataí. Depois de muitas negociações, em março de 1984, criou-se a Fundação Educacional de Jataí (FEJ). Foi assinado o primeiro Convênio, em 10 de outubro de 1984, para a implantação do curso de Pedagogia com 45 vagas, iniciado em 1985. O convênio assegurou, entre outros aspectos, dois vestibulares (em 1985 e 1986), concursos públicos para contratação de professores, realizados pela universidade, e quadro de carreira semelhante

Socióloga Luciene Lima: "Se não fosse o empenho dos pioneiros do CAJ, provavelmente Jataí não tivesse, em 2009, 20 cursos de graduação, dois de mestrado, além de diversos outros de especialização."

"Olhando para trás, temos a certeza de que cumprimos nosso papel e podemos nos orgulhar do que o Câmpus Avançado de Jataí (CAJ) representa hoje para a comunidade jataiense, para o estado, e o olhar voltado para frente nos indica novos caminhos."

NOVO SÉCULO

ao dos professores das universidades federais. O primeiro grupo de professores foi contratado pela Prefeitura, e, posteriormente (um ano depois), transferido para o quadro da FEJ. A partir daí o campus manteve o seu caráter de instituição pública, por meio do custeio efetuado pelo poder público municipal.

No entanto, os problemas não desapareceram. Em 1986, o convênio não foi renovado e, consequentemente, não foram destinadas vagas para Jataí no vestibular de 1997. Após um ciclo de negociações e promessas, o convênio foi renovado e o vestibular de 1998 realizado. A renovação, no entanto, não assegurou "boas relações" entre a UFG a FEJ e a Prefeitura. Como os laboratórios montados não eram necessários para o curso de Pedagogia e eram patrimônio da universidade, seriam transferidos para Goiânia e "poderiam retornar" quando a unidade necessitasse, um "direito legal". Por outro lado, a comunidade jataiense se julgava possuidora do "direito moral" de não permitir a retirada dos materiais, visto que tinha despendido recursos financeiros para sua aquisição. Quando vinha a informação de que os materiais seriam retirados, a comunidade se mobilizava, o que resultava em noites de vigília na porta dos laboratórios. E, no embate entre o "legal" e o "moral", em um final de semana prolongado por um feriado, à noite, eis que o CAJ ficou sem "seus" equipamentos.

Em 14 de junho de 1988, atendendo às reivindicações do corpo docente, foi designada, pela Reitoria da universidade, uma comissão responsável pela elaboração de um Plano Diretor, composta por dois ex-diretores do CAJ, por um professor da UFG, pela Fundação Educacional de Jataí, pela diretoria do campus, e por diferentes segmentos da comunidade. O resultado apontou a carência na cidade de profissionais habilitados, o que requeria a necessidade de novos cursos de licenciatura, como o de Letras, habilitação Português, os de História e Geografia, e a efetivação do curso de Pedagogia.

Impulso – A implantação do curso de Letras em 1990 e dos cursos de Educação Física e Geografia em 1994 deram ao CAJ nova força política. O quadro de professores aumentou, bem como o poder de organização, mas, em contrapartida, os gastos para manutenção do campus também aumentaram. A Fundação Educacional de Jataí, quando pressionada a respeito dos constantes atrasos no pagamento, atribuía a responsabilidade à Prefeitura Municipal e as dificuldades se mantinham.

Foi a partir da década de 1990 que o CAJ começou a ter um mínimo de estabilidade. Contudo, há quase três décadas de implantação do campus e há 25 anos de criação da FEJ, os problemas oriundos do repasse de verbas ainda persistem. Mas problemas existem e, na minha opinião, servem para nos deixar mais fortalecidos, o que ocorreu em Jataí. Sabemos que, se não fosse o empenho dos pioneiros do CAJ, provavelmente Jataí não tivesse, em 2009, 20 cursos de graduação, dois de mestrado, além de diversos cursos de especialização. Talvez, ainda hoje, a população teria que se deslocar por mais de 300 quilômetros para estudar em uma universidade pública. Olhando para trás, temos a certeza de que cumprimos nosso papel e podemos nos orgulhar do que o CAJ representa hoje para a comunidade jataiense, para o estado, e o olhar voltado para frente nos indica novos caminhos. Novas conquistas. Novas lutas.

** Luciene Lima de Assis Pires é socióloga, mestre em Educação Escolar Brasileira, doutora em Educação pela UFG e professora do Câmpus Jataí*

Biblioteca do Câmpus Avançado de Jataí foi equipada com recursos oriundos do governo municipal e estadual

A HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DO CÂMPUS JATAÍ

*Cristiane Souza Borzuk**

Os anos 80 representaram um marco decisivo para a região sudoeste de Goiás no que diz respeito às suas possibilidades de desenvolvimento. Sob o governo do general João Baptista Figueiredo, estava em marcha um importante movimento de interiorização das universidades públicas, vinculado ao antigo Projeto Rondon. A máxima do então ministro da Educação, Eduardo Mattos Portella, era "levar instrução onde as pessoas necessitam". Sob influência deste ideário, foi implantado o Campus Avançado de Jataí (CAJ), atualmente Campus de Jataí.

A história de criação e desenvolvimento do Campus de Jataí é marcada, desde suas origens, por inúmeras lutas, que geraram grandes conquistas e também grandes desafios. Essa história teve início no ano de 1979 quando membros da comunidade jataiense iniciaram um movimento de amplas e penetrantes repercussões na região, cujo propósito era a luta pela implantação de cursos superiores na cidade, preferencialmente vinculados à UFG. Desse movimento surgiu a Comissão Pró-Curso Superior do Lions Clube de Jataí que, em julho daquele ano, elaborou um documento direcionado ao então reitor, José Cruciano de Araújo, acompanhado de um abaixo-assinado, em que solicitava a criação de cursos superiores na cidade.

Do ponto de vista da universidade, encontrávamos uma Reitoria sensível às reivindicações dos vários segmentos sociais empenhados na luta. Assim, podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que o Campus de Jataí surgiu do empenho da comunidade local, de uma política do governo favorável à interiorização, e de uma Reitoria disposta a atender à demanda e atenta às possibilidades oferecidas pelo governo.

Assim, em atendimento às reivindicações da comunidade jataiense, e com condições favoráveis do ponto de vista governamental, em março de 1980 foi assinada a Resolução CCEP nº. 145, que criou o Campus Avançado de Jataí, com o objetivo de possibilitar à universidade uma participação efetiva no processo do desenvolvimento socioeconômico regional e nacional; oferecer bases físicas, administrativas e técnicas para a realização de programas de extensão da universidade, vinculando as atividades programadas às necessidades básicas da região e do país; contribuir com recursos humanos qualificados, por meio das várias modalidades de trabalho extensionista, e com a ação participativa de órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como empresas ou instituições privadas, em nível nacional, regional e local, visando proporcionar à região melhores condições de vir a se transformar em polo de desenvolvimento.

Professora Cristiane Borzuk: "Sob a influência do ideário 'levar instrução onde as pessoas necessitam', foi implantado o Câmpus Avançado de Jataí"

Convênio – Nesse mesmo ano foi firmado um convênio entre a Universidade Federal de Goiás e a Prefeitura Municipal de Jataí, no qual foram estabelecidas as responsabilidades de cada órgão gestor na condução do CAJ, inaugurado em 10 de dezembro de 1980, e iniciando suas atividades acadêmicas no mês de março do ano seguinte. Inicialmente a função do campus era bastante restrita. Como havia uma considerável demanda de professores da educação básica, o primeiro vestibular disponibilizou vagas para os cursos de licenciatura em Química (20 vagas), Física (30 vagas) e Matemática (40 vagas), além da licenciatura curta em Ciências.

Na época, a direção e o corpo docente eram formados por professores da UFG, lotados em unidades acadêmicas da capital, que recebiam incentivos financeiros para desenvolverem suas atividades em locais distantes da sede da universidade e colaborarem com o processo de interiorização. Os primeiros professores a atuar no CAJ foram Mary Fátima de Lacerda Mendonça, da Faculdade de Letras (FL), Annalete Lizita, da Faculdade de Educação (FE), Mohan Ratan Garg e Geraldo Magela, do Instituto de Ma-

"Podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que o Campus de Jataí surgiu do empenho da comunidade local, de uma política do governo favorável à interiorização, e de uma Reitoria disposta a atender à demanda e atenta às possibilidades oferecidas pelo governo."

temática e Física (IMF). O primeiro diretor foi o professor Mauro Urbano Rogério, também do IMF.

Além das atividades de ensino, no período noturno, outras atividades eram desenvolvidas, como, por exemplo, o "Projeto de Ação de Incentivo à Leitura", elaborado pelas professoras Mary Fátima de Lacerda Mendonça e Annalete Lizita, e desenvolvido por Mary Fátima em 1981 e 1982, fruto de uma parceria entre a UFG e a Secretaria Estadual de Educação, o que propiciou a compra de livros infantis e juvenis para o projeto. Antecedido por um curso destinado aos professores de língua portuguesa da cidade, a implementação do projeto em todas as escolas públicas estaduais da cidade resultou na criação de 15 Clubes de Leitura.

Com o fim do convênio no ano de 1985, e em virtude do alto índice de evasão dos alunos ingressos nos cursos, optou-se pela desativação das atividades do campus da UFG em Jataí. Novo movimento, criado pela comunidade e liderado pelo Conselho Comunitário de Jataí, estabelece outro convênio, devendo a Prefeitura encarregar-se do pagamento do corpo docente, dos técnicos administrativos e de grande parte da manutenção do campus, ficando a responsabilidade de contratar e gerir os recursos humanos e materiais a cargo da Fundação Educacional de Jataí (FEJ), entidade sem fins lucrativos, fundada em 1984.

Essa história completa seus 29 anos com 20 cursos de graduação e dois de pós-graduação *stricto sensu*, com a maioria de seus professores vinculados ao governo federal e outros ainda vinculados à FEJ. Diante de tal desenvolvimento, apenas nos resta agradecer àqueles que elaboraram e implementaram esse projeto.

**Cristiane Souza Borzuk é professora do curso de Psicologia do Câmpus Jataí*

Primeira turma de formandos do curso de Pedagogia do Câmpus Jataí

Reitorado de 1986 – 1989: democracia e realização

Primeiro reitor eleito pelo voto direto na UFG, em 1986 (envolvendo os três segmentos da comunidade universitária), Joel Pimentel de Ulhôa fala sobre os principais destaques de seu reitorado, suas metas e preocupações, entre outros aspectos desse período, em entrevista concedida à UFG Afirmativa.

UFG Afirmativa: Quais foram os principais marcos de sua gestão?

Joel: Acredito que a eleição direta, que pela primeira vez ocorreu na universidade, deve ser considerada um desses marcos. O segundo se prende diretamente a esse primeiro: a realização das metas, objeto do lema da campanha "Vamos construir juntos a Universidade que queremos". Os compromissos assumidos foram cumpridos, inclusive com desdobramentos e acréscimos, que enriqueceram o período. Tive o privilégio de poder contar com uma equipe excepcional e, além da equipe *stricto sensu*, com uma generosa colaboração de professores, funcionários e estudantes e de muita gente da sociedade em geral. Guardo comigo um forte e muito amplo sentimento de respeito e gratidão.

UFG Afirmativa: Fale sobre a participação da UFG no episódio do césio-137.

Joel: Essa foi uma tragédia terrível, que repercutiu, por sua gravidade, inclusive no exterior. A universidade sentiu o peso de sua responsabilidade e foi a primeira instituição a se apresentar ao governo do estado para oferecer ajuda. Recorremos à experiência de outros centros de pesquisa, do país e do exterior e criamos um órgão específico para estudos e prestação de serviços, que teve papel importante na difusão de um interesse científico maior, em nosso meio, sobre a questão nuclear.

UFG Afirmativa: Em um episódio de seu reitorado os funcionários fizeram um enterro do reitor. Como foi isso?

Joel: São coisas da democracia, e eu me recordo de tudo isso com alegria. De um lado, estudantes que se opunham à mudança do Instituto de Artes da Praça Universitária para o câmpus II. Chegaram "bravos" ao meu gabinete, com um pacote, inclusive, de um manifesto que pretendiam distribuir defendendo sua posição e criticando a Reitoria. Mas, ao final da discussão, despediram-se amistosamente e me ofereceram de presente o pacote do manifesto, dando por encerrada a pendência. Quanto aos funcionários, eles estavam insatisfeitos com uma decisão firme da Reitoria de observar uma questão de princípio sobre a qual tínhamos, em lutas anteriores, assumido compromisso conjunto, e que sobre a qual, na oportunidade, alguns gostariam de ver mudada a postura do reitor, o que não ocorreu. Por isso decidiram fazer meu enterro. São coisas da democracia, e de um passado de que tenho a mais grata recordação, especialmente porque, após o incidente, os funcionários continuaram participando, num clima de amizade, dos esforços que nos eram comuns.

Joel Pimentel de Ulhôa, reitor entre 1986 a 1989: luta "quase obsessiva", durante seus quatro anos de gestão, para conseguir recursos capazes de renovar a UFG

UFG Afirmativa: Qual a importância do MEC/BID III em projetos de extensão e construção de novos prédios? Cite os principais exemplos.

Joel: Para responder a essa questão, permita-me relembrar minhas palavras do Relatório 1986/89:
Essa questão de recursos foi crucial durante o reitorado todo. Mas um dos meus compromissos de campanha era justamente lutar para conseguir recursos capazes de renovar a UFG, dar-lhe novos prédios, equipá-la, investir no seu

desenvolvimento. Por isso, conseguir mais e mais recursos se transformou num esforço permanente, quase uma obsessão nesses quatro anos. E uma das possibilidades de se trazer investimento para a UFG era a ampliação de sua participação, em andamento, nos financiamentos do acordo MEC BID III. Foi estafante, dezenas de reuniões, discussões sobre projetos, viagens e mais viagens a Brasília, idas e vindas pelos caminhos burocrático. Mas a participação da UFG nos benefícios do MEC BID III foi total. Furamos o bloqueio financeiro que nos mantinha num patamar de insegurança quanto aos destinos do acordo; mostramos que tínhamos projetos e condições de gerenciá-lo. Mas é uma alegria muito grande constatarmos que se conseguiu projetar e edificar novos prédios, inclusive fora desse programa, como a creche, o Centro de Tecnologia de Alimentos e a nova sede da cooperativa. E, quando digo "fizemos, lutamos", estou me referindo à equipe. Nada disso teria sido possível se um grupo de pessoas não estivesse disposto a varar noites elaborando projetos, redigindo documentos, indo muito além dos limites do seu dever. Foi essa entrega apaixonada e o estímulo vindo de uma comunidade inquieta, insatisfeita, em luta por melhor capacitar-se, foi essa agitação toda pela qual passou a UFG que incentivou a administração a realizar as obras que realizou. Porque eu me sentiria profundamente insatisfeito se tivesse apenas tocado obras, aleatoriamente, sem um projeto de universidade. Juntos, perseguimos com paixão um ideal. E isso também provocou mudanças em cada um de nós. Aprendemos muito, juntos. E aqui, permita-me render uma homenagem comovida à memória de um dos grandes nomes de nossa administração nos trabalhos que culminaram no sucesso do Programa MEC BID III, a quem a UFG muito deve, o professor Ricardo Freua Bufáiçal, que tão cedo nos deixou.

UFG Afirmativa: O senhor sempre se preocupou com o "enxugamento' dos currículos dos cursos universitários. Por quê?

Joel: Desde meus tempos de pró-reitor de Graduação que discuto, penso, escrevo e me preocupo com essa questão, e não é novidade, porque uma tal mudança não é nada fácil, ainda há muito por fazer. Um exemplo concreto: numa reunião de professores, daqueles meus tempos de reitor, um deles demonstrou que, das 59 disciplinas de um curso, apenas 19 eram fundamentais para a formação de um bom profissional. Portanto, 40 podiam ser abolidas e eu propus sua abolição imediata. Mas ouvi, em troca, que eram disciplinas introduzidas por professores que fizeram doutorado, que se tratavam de novas teorias. Tudo bem, falei. Aboli-las, porém, não significava necessariamente retirá-las do contexto universitário. Aqueles professores poderiam continuar trabalhando em suas especialidades, fazendo conferências, escrevendo artigos, ministrando cursos especiais para quem se interessasse. Nem pensar em dispensar um tal professor do nosso quadro, pelo contrário, aproveitá-lo melhor! Mas, se a disciplina não é fundamental para o curso, para quê e por que impô-la aos alunos como necessária? Vamos deixar que esse aluno fique com suas 19 disciplinas necessárias, porque aí ele vai ter tempo para discutir política, na universidade, participar de concertos no Instituto de Artes, ou seja, viver de forma dinâmica a vida universitária, universalizar-se e não apenas fazer um curso, um "terceiro grau" de ensino. No momento em que reduzimos as disciplinas de um curso ao seu núcleo epistemológico (o mesmo fazendo com a própria disciplina em si) estamos liberando o aluno para complementar sua formação, abrir-se para novos interesses culturais. Assistir, numa hora vaga, a um filme no cineclube, participar de uma peça teatral, pode ser, eu até diria, tão necessário e marcante para a vida de um universitário e a formação de um profissional, sua capacidade de apreender o mundo, analisá-lo sob diferentes pontos de vista, instrumentalizar mais ricamente a sua imaginação, a sua capacidade criativa, sua liberdade para a invenção. Já fui muito criticado por essas ideias. Cheguei a provocar um certo "escândalo" quando defendi que os horários dos cursos deveriam deixar algumas horas livres por semana, reivindicando, para alunos e professores, o que chamei de "bolsões de ociosidade". Porém, arrisco-me a insistir, porque acredito que isso é possível, que não é necessário colocar a educação atrás das "grades curriculares", deixá-la, o tempo todo, mediocremente circunscrita a esse espaço. Um horário congestionado de aulas, sejam práticas ou teóricas, não é nenhuma garantia de ensino e formação eficientes, sequer é necessário, e quiçá, eu me atreveria a dizer, até prejudicial. Também é preciso deixar de fingir que estamos produzindo, quando estamos apenas ocupados

"É preciso, cada dia mais, que a educação libere, realmente, o potencial de liberdade do aluno, de desejo do estudo não programado por outros, da atitude prazerosa, dionisíaca, diante do privilégio de ser universitário e da responsabilidade social que isso implica. Não se entra numa universidade apenas para aprender a dar respostas eficazes a problemas profissionais. É preciso tentar recuperar, todo dia, toda hora, o ano inteiro, lutando contra os desafios ardilosos do mundo globalizado, o sabor do saber e sua função humanística".

"A participação da UFG nos benefícios do MEC/BID III foi total. Furamos o bloqueio financeiro que nos mantinha num patamar de insegurança quanto aos destinos do acordo; mostramos que tínhamos projetos e condições de gerenciá-lo. Mas é uma alegria muito grande constatarmos que se conseguiu projetar e edificar novos prédios, inclusive fora do Programa MEC BID III, como a creche, o Centro de Tecnologia de Alimentos, a nova sede da cooperativa".

em enfeitar, para atender a exigências burocráticas, nosso currículo profissional. Isso é navegar sem rumo nem prumo no mar da mercadofilia. É preciso enxugar o número de disciplinas dos cursos, e a quantidade de material em cada disciplina, libertar os cursos da presença das disciplinas (embora belas e nobres, às vezes) do tipo "penduricalho", vistas as coisas numa perspectiva de educação crítica, criativa, realmente formadora do cidadão, do ser humano, num sentido amplo. É preciso resgatar o núcleo apolíneo da educação, de cada curso, e da universidade. Afinal os ideais da paideia e da pólis gregas não são apenas lucubrações de um passado remoto. É preciso, cada dia mais, que a educação libere, realmente, o potencial de liberdade do aluno, de desejo do estudo não programado por outros, da atitude prazerosa, dionisíaca, diante do privilégio de ser universitário e da responsabilidade social que isso implica. Não se entra numa universidade apenas para aprender a dar respostas eficazes a problemas profissionais. É preciso tentar recuperar, todo dia, toda hora, o ano inteiro, lutando contra os desafios ardilosos do mundo globalizado, o sabor do saber e sua função humanística.

UFG Afirmativa: Gostaria de acrescentar algo?

Joel: Há sempre muita coisa a acrescentar, quando se fala de educação e de universidade, principalmente quando se viveu, como no meu caso, décadas de paixão e dedicação a todas as dimensões da instituição. Cabe acrescentar, para finalizar, que houve intenso intercâmbio entre a Reitoria e o exterior. Criamos uma Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI), assinamos acordos de cooperação com o México, a República Federal Alemã, a França, a antiga Iugoslávia e os Estados Unidos. Também adquirimos muito equipamento, para pesquisa e ensino em todas as áreas, inclusive um moderno estúdio de TV, para o curso de Comunicação, laboratório para pesquisa em Química para o Instituto de Química e Geografia (IQG); enfim, seria muito longo e cansativo continuar relacionando os avanços nessa área de aquisição de equipamentos, o que pode ser mais bem conhecido em detalhes no Relatório 1986/89, do final do reitorado. Eu também não poderia deixar de ressaltar a grande importância de dois núcleos que tivemos a alegria de criar: o Necasa (Núcleo de Estudo e Coordenação de Ações para a Saúde do Adolescente), sob a coordenação de Eleuse Machado Guimarães, e o Nucaic (Núcleo de Coordenação e Apoio às Iniciativas Culturais), coordenado por Carlos Fernando Filgueiras de Magalhães. Outro destaque foram as contemplações, no período, com o título de Doutor Honoris Causa, a personalidades expressivas das artes e da cultura brasileiras, como o maestro e compositor Camargo Guarnieri, o educador Paulo Freire, o jurista Sobral Pinto.

Resultado da aplicação de recursos

CÂMPUS I

Construções, reformas, instalações de prédios: Sede das Faculdades de Farmácia e Odontologia, com 7.558 m² de área edificada; acabamento do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP), com 5.781 m²; início das obras da Enfermagem e Nutrição; reforma dos blocos A, C, F e H, da Escola de Engenharia, com 3.025,43 m²; instalação, na Praça Universitária, do Museu Antropológico; instalação do Nuac (Núcleo de Acompanhamento dos Efeitos do Acidente Radiológico de Goiânia).

CÂMPUS II

Construções: Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL III), com 3.200 m² de área construída; Biblioteca Central, com 7.300 m² de área construída; Instituto de Artes, com 4.550 m² de área construída; Serviços de Apoio, com 4.637 m² de área construída; Editora e Imprensa, com 1.209 m² de área construída.

OUTROS SETORES DA UFG

Reformas: blocos I e II do Câmpus Avançado de Catalão, num total de 1.365 m².
Execução: 2.800 m² das Faculdades de Enfermagem e Nutrição; e reforma dos blocos B, D, E, G, I, J, da Escola de Engenharia, com 4.238,17 m².

Câmpus Catalão: sua gênese – década de1980

*Maria José da Silva**

Na década de 80, a crescente expansão do ensino superior se apoiou no discurso da democratização das oportunidades educacionais, que se desdobra no aumento de vagas e/ou na criação de escolas de ensino superior. Nesse caso, a interiorização desponta como consequência dessa política, visto que há uma descentralização da oferta de vagas e da criação de escolas no interior dos estados e regiões. A interiorização foi vista, portanto, como mecanismo de ampliação de oportunidades e serviços que, consequentemente, geraria o desenvolvimento das cidades interioranas que apresentassem potencial econômico-social.

A Universidade Federal de Goiás, por meio da Pró-reitoria de Extensão, solicitou a uma equipe de professores e alunos dos cursos de Ciências Sociais e Jornalismo do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) um diagnóstico sobre os municípios de Jataí, Catalão e Araguaína. Paralelo aos estudos realizados pela dada comissão, estava em elaboração o denominado Programa de Interiorização, com o objetivo de implantar campi avançados em cidades do interior goiano, onde seriam oferecidos cursos temporários, conforme as demandas locais e regionais.

Nesse sentido, aos 28 de fevereiro de 1980, o Egrégio Conselho Universitário da UFG, sob a presidência do reitor José Cruciano de Araújo, discutiu e aprovou o "Projeto de Resolução que provê sobre os Campi da UFG". Uma das justificativas para a aprovação do referido programa foi que criar campi em cidades interioranas, nos quais seriam oferecidos cursos nas áreas de formação de professores, seria a adoção, pela UFG, de uma política acadêmica em consonância com as diretrizes do Ministério da Educação (MEC).

Embora houvesse argumentos que justificassem a interiorização de cursos, houve alguns questionamentos, elaborados pelos conselheiros, acerca dos recursos humanos. A Reitoria assim se manifestou:

Professora Maria José afirma que a interiorização da universidade democratizou as oportunidades educacionais e gerou desenvolvimento para cidades do interior

> *A Universidade somente será levada ao interior desde que o projeto esteja bem estruturado, sem que caia o nível de ensino e sem esvaziar os seus recursos, contando sempre com a ajuda da comunidade local, Prefeitura, Estado e Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco.* (Ata do Egrégio Conselho Universitário da UFG, p. 4)

O Programa de Interiorização propôs voltar-se "para a realização de cursos de extensão e outros de 3º grau", na perspectiva de se criar "condições de formação profissional aos jovens do interior, então impossibilitados de buscar uma formação na capital". Também propunha a oferta de cursos de licenciatura plena, atendendo assim à solicitação do MEC (III Plano Setorial), de oferecer uma formação em nível superior aos profissionais da educação básica.

O diagnóstico sobre o município de Catalão revelou como potenciais para a região cursos nas áreas de Metalurgia, de Engenharia de Minas, de Educação, e de extensão em Agropecuária. Também destacava a existência, no município, de um Centro de Formação de Professores, no qual professores da rede estadual de ensino, em regime de internato, faziam cursos de reciclagem de conhecimentos, durante quatro meses, ou 720 horas. De acordo com os dados obtidos, dos oito professores do Centro somente dois possuíam licenciatura plena, e atendia, em média, a 30 cidades de todo o país.

Assim, os estudos apontavam que cursos na área de Educação atenderiam à demanda da cidade e da região, já que

> *O Centro de Formação de Professores de Catalão, que tem prestado um serviço inestimável até agora, atende professores vindos de pelo menos 30 cidades, mas com cursos de reciclagem. Por que não aproveitar tal estrutura e levantar em Catalão a bandeira da Licenciatura Plena, a partir de um Curso Universitário de nível pleno? Sendo polo econômico-industrial, Catalão irradiará sua influência por toda a microrregião do*

sudeste goiano também em termos educacionais. (Ata do Egrégio Conselho Universitário da UFG, p. 05)

Com a proposta de se implantar um campus em Catalão, a pró-reitora de Extensão da UFG visitou a cidade, o que repercutiu politicamente na comunidade catalana, conforme noticiou o jornal A Semana Catalana:

Catalão firma convênio com a UFG nesta semana: vem aí a esperada faculdade. Estará em Catalão nesta sexta à tarde, a nossa conterrânea, Profª Maria do Rosário Cassimiro, Pró-Reitora de Extensão da Universidade Federal de Goiás. Virá juntamente com uma equipe de três assessores para a escolha da área na qual se edificará o Campus Universitário de Catalão.

Abaixo transcrevemos ofício da Pró-Reitora ao prefeito Divano Elias da Silva, comunicando o fato: "Sr. Prefeito: Dando andamento ao processo de implantação de um Campus Avançado da UFG nessa cidade, vimos comunicar a V. Sª que, no período de 31/07 a 1º/08 do corrente ano, acompanhada de uma equipe de três assessores, estarei visitando Catalão. Por ocasião dessa visita deveremos manter entendimentos visando a escolha da área na qual deverá ser edificado o futuro Campus Avançado, bem como os termos do Convênio que deverá ser firmado entre a UFG e essa Prefeitura Municipal […]". Confirmada também a presença em nossa cidade, neste final de semana, do deputado Ênio Paschoal que, juntamente com Maria Cassimiro, prefeito Divano Elias e Assessores da UFG, concederão entrevista à Rádio Cultura, neste sábado. (A Semana Catalana, Catalão, ano 1, nº. 11, p. 1, 31 jul. 1981)

Na década de 1980, num período em que o país estava sob os ventos da denominada transição democrática, o reitor da UFG e a Pró-reitoria de Extensão assumiram a implementação do Programa de Interiorização da universidade, mediante a celebração de um convênio entre a Prefeitura de Catalão e a UFG, o que permitiu a criação do Campus Avançado de Catalão (CAC), inaugurado em 17 de dezembro de 1983.

17 de dezembro de 1983: Inauguração do Câmpus de Catalão. No centro, a então ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, à sua esquerda, a ex-reitora da UFG, Maria do Rosário Cassimiro, e à sua direita, o ex-prefeito de Catalão, Haley Margon Vaz.

Em seus dois primeiros anos o Campus Catalão funcionou apenas com atividades de estágios e prestação de serviços à comunidade local e regional. Entretanto , em outubro de 1985, a UFG e a Prefeitura Municipal de Catalão assinaram termos de convênios para a implantação dos dois primeiros cursos de graduação no campus.

Convênio – Assim, numa "colaboração mútua para implantação" (Convênio nº. 34/1985 e Convênio nº. 35/1985) das licenciaturas plenas em Letras e em Geografia, ficou definido que cabia à universidade oferecer as instalações físicas do Campus Avançado de Catalão para funcionamento do curso; responsabilizar-se pelo planejamento e coordenação didático-pedagógica do curso, por intermédio do Colegiado de Geociências e do Departamento de Geografia; executar, pela Pró-reitoria de Graduação, o acompanhamento da vida acadêmica do aluno; responsabilizar-se, mediante o Departamento de Geografia, pela seleção de pessoal docente a ser contratado pela Prefeitura; capacitar os docentes selecionados, por meio de cursos de reciclagem de conhecimentos ou especialização na área de Geografia; responsabilizar-se pela oferta do curso somente dentro do prazo estipulado no convênio. Desse modo, ao aluno que não acompanhar sua turma, será assegurada, dentro do prazo máximo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, a continuação do curso em Goiânia, havendo vaga e razões justificadas pelo aluno. O candidato será devidamente informado dessa norma, ao efetuar sua inscrição no Concurso Vestibular; responsabilizar-se pelo transporte, alojamento e alimentação dos professores da universidade e do coordenador do curso, quando em serviço.

Um convênio entre a UFG e a Prefeitura Municipal de Catalão garantiu a estrutura necessária para o início dos cursos de graduação

Por sua vez, a Prefeitura de Catalão deveria destinar do seu orçamento todo o recurso financeiro necessário ao funcionamento do curso; contratar todos os professores necessários, em regime de 40 horas, com salário correspondente aos proventos de a) Professor Auxiliar, referência inicial, quando graduados; e b) de Professor Assistente, referência inicial, mestres, sem nenhum vínculo empregatício ou ônus para a instituição; responsabilizar-se pelo pagamento de gratificação aos professores da universidade que lecionassem em Catalão. A gratificação será igual ao salário de 20 horas do Professor Assistente, referência inicial, da universidade, mediante encaminhamento da frequência pelo Campus Avançado de Catalão; responsabilizar-se pelo pagamento de gratificação ao coordenador de curso, que corresponderá ao salário de 10 horas do Professor Assistente, referência inicial, da universidade. O coordenador receberá mensalmente, enquanto durar o convênio, a partir da instalação da coordenação do curso; viabilizar as condições necessárias para a realização de cursos de reciclagem de conhecimentos ou de especialização na área de Geografia, a serem ministrados pelo Departamento de Geografia; promover os meios necessários à realização do concurso seletivo para contratar os professores que a Coordenação julgar necessários; responsabilizar-se pela aquisição, até janeiro de 1986, de livros necessários para início do curso, bem como dar-lhe continuidade, inclusive nos anos subseqüentes; assegurar a gratuidade do ensino; assegurar agora e no futuro a melhoria do ensino público municipal de 1º e 2º graus e colaborar com a universidade na realização dos eventos por ela programados para este fim; liberar os docentes rurais e urbanos para frequentarem cursos de atualização a serem ministrados, conciliando os calendários da universidade e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, criando condições para os docentes participarem desses cursos com aproveitamento efetivo; estabelecer uma política de pessoal no sentido de que, no preenchimento de cargos de magistério, sejam admitidos, preferencialmente, os portadores de diplomas de cursos específicos de Magistério, de acordo com as seguintes prioridades:

Para o exercício do magistério nas séries iniciais:

A) Curso de Pedagogia – habilitação Magistério das séries iniciais do ensino de 1º grau.

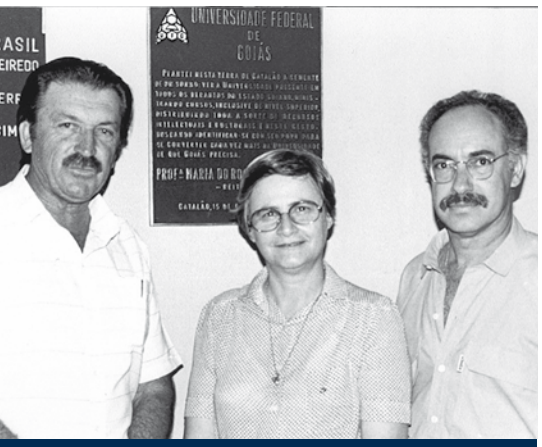
Para o exercício do magistério da 5ª a 8ª séries do 1º grau:

a) Cursos de licenciatura plena nas áreas específicas
b) Cursos de licenciatura curta nas áreas específicas

(Termo de Convênio entre Prefeitura de Catalão e UFG, nº. 35/1985 Licenciatura Plena em Geografia).

Portanto, mediante uma política de parceria com a Prefeitura de Catalão, a UFG, na década de 1980, efetivou uma trajetória peculiar de expansão e interiorização do ensino superior, que se estendeu até a década seguinte.

** Maria José da Silva é socióloga e professora do Departamento de Pedagogia do Câmpus Catalão*



Inauguração do Câmpus de Catalão, em 1983: Ex-reitora Cassimiro ao lado do então prefeito da cidade, Haley Margon Vaz (à esquerda), e do 1º diretor do CAC, Paulo Olinto

De campo de estágio ao ensino superior

Em 1983 o professor do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP/UFG), Paulo Olinto, foi convidado pela então reitora, Maria do Rosário Cassimiro, para ser diretor do recém-criado Câmpus Catalão. Em janeiro de 1984 o professor se mudou com sua família para a cidade e assumiu o cargo.

Segundo Olinto, inicialmente, a unidade funcionava como campo de estágio para atender à demanda dos alunos de Medicina, Odontologia e Enfermagem das unidades em Goiânia. Os estagiários moravam no câmpus durante 30 dias. "Era uma experiência muito rica para esses alunos", lembra o ex-diretor.

Os custos eram financiados pela UFG e pela Prefeitura de Catalão, que pagavam, inclusive, a alimentação e o alojamento dos estagiários. Essa parceria entre a universidade e a Prefeitura formou muitos profissionais. "Passaram pela UFG em Catalão várias pessoas que, na época, estavam começando suas carreiras, e hoje são políticos de projeção no estado", ressalta o professor.

Paulo Olinto destaca três importantes contribuições da instituição para a sociedade catalana: a criação da Sociedade Pestalozzi e da Sociedade Ecológica de Catalão, além da adoção do bochecho realizado com flúor nas escolas públicas de Catalão, de Goiandira, Cumari e Nova Aurora. Para o ex-diretor, o apoio da Prefeitura, por meio do ex-prefeito Harley Margon, e da sociedade foi fundamental para o desempenho desses trabalhos.

Em 1986, a unidade deixou de ser campo de estágio e passou a oferecer cursos superiores para a população, inicialmente de Geografia e de Letras Português.

Uma experiência de informação democrática e plural

*Juarez Ferraz de Maia**

Decorria o ano de 1987 e no final do ano fomos convocados pelo professor Joel Pimentel de Ulhôa para assumir a coordenação da Assessoria de Comunicação (Ascom) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Nessa época, realizava-se, coincidentemente, um grande debate na mídia nacional sobre o papel, a competência e a relevância das universidades. Havia um questionamento sobre a qualidade e a quantidade do conhecimento produzido pelas universidades brasileiras. Durante os anos do autoritarismo, as universidades foram um lugar de esperança, debate, crítica e luta pela democracia. As universidades foram palco das mais memoráveis peças de resistência ao arbítrio.

Contudo, com a abertura política, as universidades deixaram de desempenhar esse papel de "vanguarda" democrática e entraram no rol das críticas e desconfianças da mídia em relação às instituições públicas em geral. As críticas em relação às universidades não eram acompanhadas da publicação da sua produção científica, das pesquisas e dos serviços prestados à comunidade. As universidades, tentando reagir, procuravam meios de equilibrar a onda depreciativa, um mecanismo que pudesse mostrar à comunidade o seu papel integrador e sua função social.

Por outro lado, constatou-se que, nas próprias instituições universitárias, havia uma grande compartimentação que não permitia que um determinado departamento soubesse o que o outro produzia. A mesma situação acontecia no contexto geral das universidades, que coexistiam isoladas entre elas. A divulgação da produção do conhecimento só se dava restritamente entre os cientistas ou nos seminários especializados.

Concluiu-se que era preciso criar os próprios meios, ou seja, mídias próprias, para que cada universidade divulgasse sua produção técnico-científica e cultural. A UFG já tinha tido uma experiência nos seus primórdios com a publicação do Jornal 4º poder, que foi silenciado logo após o golpe militar de 1964.

Professor Juarez Maia, ex-coordenador de Comunicação da UFG: preocupação com a criação de uma mídia própria da universidade, que produzisse uma informação democrática e plural

JORNAL DA Universidade UFG

Indo à procura de novos rumos

Interesses diversos se unem para, juntos, iniciar uma nova trilha na busca incessante do saber. A largada foi dada.

Universidade

Araguaia pede socorro

Jornal da Universidade – A idéia da criação de uma mídia local foi aprovada seguindo o exemplo de outras universidades que já editavam seu jornal universitário. Em fevereiro de 1988, atendendo aos pressupostos de produzir uma informação democrática e plural, foi criado o Jornal da Universidade - UFG. O editorial de seu lançamento dizia que a universidade "pretende também criar canais que possibilitem o fluxo de informações de outras universidades e instituições de ensino, contribuindo para a integração e informação entre as universidades brasileiras". O Jornal da Universidade - UFG foi um veículo de comunicação democrático, no qual as entidades representativas dos professores, funcionários técnico-administrativos e estudantes tiveram espaço para publicar e debater suas idéias. Foram 20 edições ininterruptas entre fevereiro de 1988 e dezembro de 1989, com tiragem de 5.000 exemplares mensais,

impressos pela Editora da UFG, além de duas edições especiais. O Jornal da Universidade – UFG, editado em papel "jornal" e em formato tablóide, com 16 páginas, era o carro-chefe das publicações. Os Cadernos de Ciência e do Centro-Oeste tinham apenas 4 páginas, respectivamente, impressos em papel branco sulfite 90, tinham o objetivo de serem diferentes graficamente. Os dois circulavam como encarte do jornal. Integradas entre si e diferenciadas pelas especificidades técnicas das suas edições, conteúdos e públicos, as três publicações foram encerradas, logo após o término do mandato do professor Joel Pimentel de Ulhôa como reitor, e não tiveram continuidade.

**Juarez Ferraz de Mais é professor da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia. Doutor em Ciências da Comunicação e da Informação, pela Universidade de Paris 8*

Centro-Oeste

Finalmente, dando um grande salto para atingir o objetivo de integração cultural e científica entre diferentes instituições de ensino superior, os professores Joel Pimentel de Ulhôa, da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Christovam Buarque, da Universidade de Brasília (UnB), decidiram criar o Caderno do Centro-Oeste. Essa publicação foi editada pelas duas universidades e privilegiava trabalhos acadêmicos na área de estudos socioeconômicos, produzindo um total de 13 edições, entre junho de 1988 e setembro de 1989.

Ciência

Não se mediram esforços para privilegiar e publicar o trabalho daqueles que estavam produzindo novos conhecimentos. Para a edição especifica de estudos nas diversas áreas da ciência, criou-se o Caderno de Ciência, como encarte do Jornal da Universidade. Foram 17 edições, entre fevereiro de 1988 e dezembro de 1989.

Edição especial:
Universidade Viva

A equipe do jornal da universidade foi convidada, pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), a participar da 49ª Plenária da entidade, realizada em São Luís - MA, para posteriormente produzir uma edição especial sobre o evento. Essa edição, intitulada Universidade Viva, com tiragem especial de 15.000 exemplares, foi distribuída pelo Crub a todas as universidades brasileiras.

Tempo de construir a democracia e o movimento docente,

Durante um dos mais graves momentos da história brasileira surgiu a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás (Adufg). No final dos anos 70 o clima geral era incerto: de um lado a esperança; de outro a insegurança. Apesar das tentativas de reação dos movimentos sociais, dos meios de comunicação e da opinião pública, na expectativa do fim do regime militar iniciado em 1964, era difícil mobilizar, reunir. Havia desconfiança entre os colegas, gerada por todo o processo de repressão.

O medo dos horrores da ditadura ainda era evidente. "Quando as pessoas conseguiam ir a uma assembléia era um acontecimento", contou a professora Mindé Badauy de Menezes, à Revista da Adufg. Foi nesse ambiente, durante o reitorado do professor José Cruciano, que a entidade dos docentes da UFG surgiu.

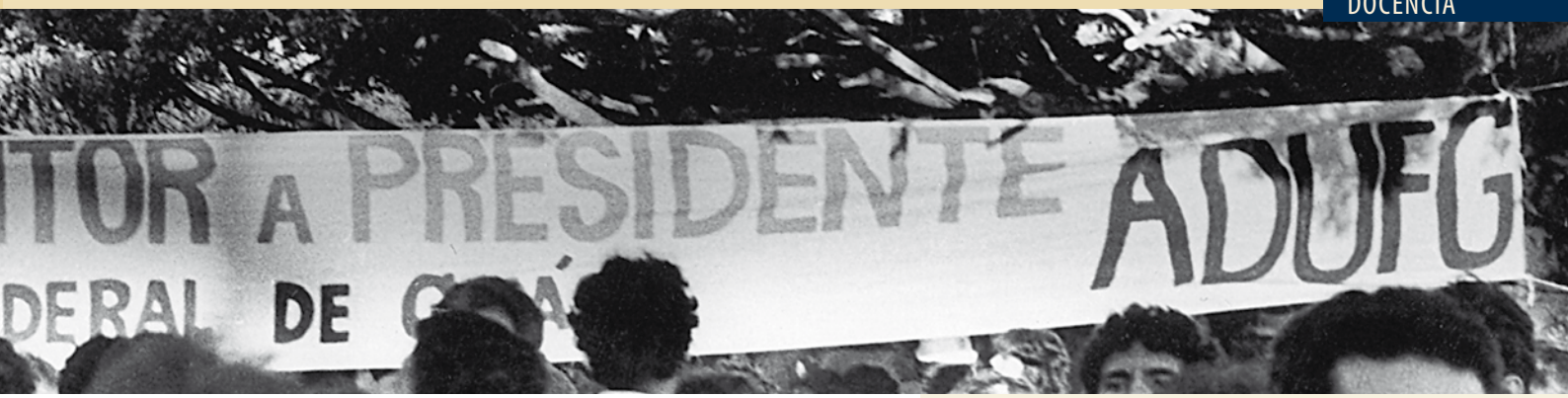
No dia 18 de dezembro de 1978, a comunidade universitária recebeu um convite assinado por Ary Monteiro do Espírito Santo, Hélio Furtado do Amaral, Joel Pimentel de Ulhôa, Sérgio Paulo Moreyra e Zezuca Pereira da Silva. E, no dia 21 de dezembro, no auditório do ICB, com a presença de 31 docentes, foi fundada a Adufg, tendo como integrantes da diretoria provisória o mesmo grupo que assinou a convocação.

Desafios – Era tempo de organizar o movimento docente para enfrentar grandes desafios, como a consolidação da democracia brasileira. No campo específico, os docentes enfrentavam uma dura realidade: não existia carreira; as condições salariais eram péssimas; a ditadura militar não permitia eleição direta dos dirigentes e era necessário criar condições para reintegrar os professores que tinham sido expurgados pelo Decreto nº. 477. À época, a universidade já lidava com problemas de autonomia e financiamento.

Debate entre reitoráveis da UFG, no auditório da Faculdade de Educação, em 1989

Ex-reitor Joel Pimentel de Ulhôa, a primeira presidente da Adufg, professora Mindé Badauy de Menezes e o presidente do DCE, Alan Barbiero participam de Assembléia Universitária, em maio de 1989

O professor Hélio Furtado era o presidente da diretoria provisória da Adufg, até hoje militante ativo na diretoria ou no Grupo de Trabalho Jurídico. "A Adufg nasceu para defender o professor e dar legitimidade e execução às suas reivindicações. Em primeiro lugar se inspirou, enquanto estrutura básica, na Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, também em seu início", explica.



SURGE A ADUFG

O professor e ex-reitor, Ary Monteiro do Espírito Santo, então o primeiro secretário da diretoria provisória, conta que o trabalho do grupo foi organizar a associação cristalizada nas dependências físicas da Faculdade de Medicina até 1983, quando foi transferida para o prédio da Faculdade de Educação.

O professor Joel Pimentel de Ulhôa, vice-presidente da diretoria provisória da Adugf, e também ex-reitor, lembrou, na edição dos 20 anos da Revista da Adufg, que o período de reconstrução democrática do país foi riquíssimo e que o movimento da universidade teve tudo a ver com a organização social e sindical brasileira. "Estávamos saindo de um momento em que éramos impossibilitados até de nos expressar para assumir a vanguarda política brasileira", afirma. Segundo ele, a universidade foi protagonista desse processo, viveu intensamente, praticando, a partir de então, o projeto político que tinha para o Brasil, instituindo a consulta para a sua própria gestão.

Após 10 meses da gestão provisória, em 11 de outubro de 1979, tomou posse a primeira diretoria da Adufg, comandada pela professora Mindé Badauy de Menezes. "Havia intimidação de se agregar. Porém, fatores muito fortes trouxeram os professores para o interior da Associação: o fato concreto era ela poder negociar a reintegração de pessoas."

Exatamente um ano depois, em outubro de 1980, teve início, dentro da UFG, a primeira greve docente, movimento que se tornou nacional e fez nascer o Sindicato Nacinal dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (Andes). De acordo com a professora Mindé, a greve foi uma situação extrema, mas do ponto de vista da criação da associação foi o instrumento que mais fortaleceu a entidade. A adesão à paralisação, na opinião de Mindé, ocorreu porque as reivindicações justificavam a greve. "Eram vários problemas, mas estávamos, fundamentalmente, motivados por questões salariais". O movimento derrubou o ministro da Educação, Eduardo Portella, que renunciou diante da impossibilidade de negociar.

Vice-presidente durante a gestão da professora Mindé, e presidente na gestão seguinte, o professor Marco Antônio Sperb Leite reafirma o clima de esperança e medo que marcou a fundação, sobrepujado pela necessidade de organização. Ele também recorda as condições que deram início à greve dentro do antigo Instituto de Matemática e Física (IMF): a evasão de professores se agravava pelos baixos salários e o número de colaboradores aumentava, sem a realização de concursos.

1968 - Lançado o embrião da Adufg

A Adufg surgiu de fato em 1978, mas os ideais da fundação do movimento docente foram lançados 10 anos antes. Em 1968 os professores Sergio Paulo Moreyra, Horieste Gomes e Olavo de Castro (já falecido) assinaram o Manifesto dos Professores, texto publicado no desaparecido jornal Cinco de Março, o que provocou o "fichamento" de seus autores pelo extinto Departamento de Ordem Política e Social (Dops). O documento, que conclamava todos os professores a se unirem em defesa da liberdade de ensino no país e pela garantia dos diretos humanos, em poucos dias recebeu mais de 100 adesões, segundo seus autores. O original foi doado pelos professores para o acervo da Adufg. Foi este o embrião do movimento docente na UFG.

Histórico – A Adufg foi criada no dia 21 de dezembro de 1978, como pessoa jurídica de direito privado, sem natureza sindical, já que isso era constitucionalmente vedado naquele tempo. Em 6 de dezembro de 1990 uma Assembleia Geral Extraordinária deliberou pela "alteração do Regimento Geral da Adufg", transformando-a em Adufg – Seção Sindical da Andes – Sindicato Nacional.

Em Assembleia Geral, realizada no dia 8 de dezembro de 2004, os professores decidiram aprovar a filiação da entidade ao Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), criado em Brasília no dia 16 de outubro de 2004, a partir da iniciativa de docentes de várias instituições federais. No 24º Congresso da Andes, realizado em fevereiro de 2005, foi aprovada a desfiliação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), mas a Adufg, em Assembleia Geral, decidiu permanecer filiada à entidade nacional.

Anos 80: o renascimento do movimento estudantil

*Romualdo Pessoa Campos Filho**

Em março de 1980, ingressei na universidade, no curso de História. Recém-chegado à Goiânia, vindo da cidade de Morrinhos, onde morei por quatro anos depois que cheguei da Bahia em 1974, eu não possuía nenhum histórico anterior de participação no movimento estudantil. Ao contrário, eu era mais um jovem alienado, como a maioria daqueles da minha idade, e ainda não compreendia bem o que acontecia no país.

Mas tudo mudaria a partir de então. E posso dizer, antecipando a conclusão que virá a seguir, que me tornei protagonista de um período de intensas lutas, e pude vivenciar, de corpo e alma, o renascimento do movimento estudantil e, ao mesmo tempo, fazer parte de uma geração que pode se orgulhar de ter conduzido o nosso país ao processo de redemocratização política.

No antigo Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) da UFG concentravam-se os Centros Acadêmicos mais atuantes, mas não os únicos. Os demais espalhavam-se por várias outras unidades: Agronomia, Veterinária, Medicina, Engenharia, Farmácia, Odontologia etc. A concentração de quatro importantes Centros Acadêmicos naquela época (História, Ciências Sociais, Letras e Jornalismo – outros se destacariam nos anos seguintes) fez daquele instituto o centro das manifestações, de onde partiam, quase sempre, centenas de estudantes bradando palavras de ordem, em direção à Reitoria ou a algum ponto onde se encontrasse alguma personalidade política que se tornasse alvo de nossas revoltas.

Ainda em 1980 passei a fazer parte da diretoria do Centro Acadêmico de História e ascendi três anos depois à presidência. Em 1981, já como secretário geral do CA pude participar de uma das maiores greves da história do movimento estudantil pós-reconstrução da União Nacional dos Estudantes (1979), e fizemos em Goiânia, durante o desfile em comemoração ao Dia da Independência, uma manifestação que ganhou as manchetes de todos os telejornais e jornais impressos da capital. Uma foto, em que quatro policiais disputavam minhas "partes" em plena Avenida Tocantins, tornou-se capa de três jornais diários. E, enquanto as manchetes de capa eram preparadas, eu e mais dezenas de outros colegas fomos fichados no Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e na Polícia Federal. Mas, a par dessa repressão, conseguimos fazer uma greve com intensa participação por mais de cem dias, e no final, desgastado pela nossa inflexibilidade, derrubamos o ministro da Educação, Eduardo Portela, que foi substituído pelo general Rubem Ludwig. Embora militar, este conseguiu estabelecer um diálogo com as lideranças da greve, e algumas de nossas reivindicações foram atendidas. A greve cumpriu seu objetivo, e foi um momento importante dentro do processo de desgaste pelo qual passava o governo ditatorial dos militares.

O Professor Romualdo Pessoa foi protagonista de um período de intensas lutas políticas, o historiador se orgulha de fazer parte de uma geração que conduziu "o nosso país ao processo de redemocratização política"

Meio-passe – Em 1982 retomamos nosso direito de eleger diretamente o governador de Goiás, e no ano seguinte pudemos demonstrar que esse fato só colocava mais ímpeto em nossas lutas. Levantando a bandeira do meio-passe estudantil, realizamos um dos mais espetaculares movimentos da história do movimento estudantil goiano e encurralamos um governo democraticamente eleito, demonstrando que a voz das ruas e dos movimentos sociais é quem define a importância da democracia. Por mais de quatro meses de intensas mobilizações, de manifestações, de boicote ao pagamento de passagens nos coletivos, mediante o que chamamos de "operação pula-catraca", e de desvios das rotas dos ônibus para que nos levassem à manifestação em frente ao Palácio do Governo, criamos um verdadeiro caos no sistema de transporte coletivo urbano de Goiânia e colocamos em desespero as principais autoridades do governo de Goiás.

EM UMA "DÉCADA PERDIDA"

Entre ônibus depredados (a maioria por iniciativas que fugiram ao nosso controle, dada a dimensão que o movimento tomou), e lideranças presas, ameaçadas de processos, passaram-se praticamente seis meses de intensas lutas. Partíamos quase sempre em manifestações que saíam do ICHL, onde instalamos um "quartel-general". Quase todos os dias, revezando-se, havia várias lideranças do movimento estudantil, gritando palavras de ordem e conclamando os estudantes a manterem a "operação pula-catraca". Sabíamos que a condição para conseguirmos negociação com os representantes do governo era a manutenção de uma luta com grande participação dos estudantes. E, à custa do sacrifício de aulas e ameaça de perda de semestre, como no meu caso, conseguimos o compromisso do governador Iris Rezende de enviar mensagem para a Assembleia Legislativa, garantindo nosso direito ao meio-passe estudantil.

A desmobilização era inevitável depois disso. Estávamos satisfeitos com o resultado, um pouco cansados após tanto tempo em luta, e o tombo veio a seguir. De meio-passe vimos nossa reivindicação reduzida para um terço de desconto no preço das passagens. No ano seguinte retomamos a luta até chegar a um momento memorável, quando desviamos e paramos alguns coletivos, bloqueamos as avenidas Araguaia, Goiás e Tocantins e paralisamos todo o centro de Goiânia. Mais de uma centena de ônibus ficou parada, porque no início só liberávamos carros pequenos, e à noite pudemos ver a dimensão do nosso ato, quando os telejornais transmitiram imagens de um helicóptero sobrevoando a cidade e de vários ônibus parados em toda a Praça Cívica, principais manchetes daquela noite e dos jornais do dia seguinte.

Naquele mesmo dia poderíamos ter fechado acordo com as autoridades que foram até ao Coreto da Praça para negociar conosco, não fosse o fato de que o povo começou a depredar os ônibus, revoltado com os constantes aumentos das passagens e a péssima qualidade do sistema de transporte coletivo urbano. Da Avenida Anhanguera seguiu uma turba incontrolável que subiu pelas avenidas Goiás e Araguaia até onde os ônibus estavam parados. Não pudemos controlá-la e a maioria desses ônibus teve seus vidros quebrados. Perdemos ali momentaneamente a condição de negociação, mas não o pique do movimento. Seguimos em frente e conseguimos o desconto de 50% nas passagens: o meio-passe do qual todos os estudantes hoje podem usufruir.

> ***"Me tornei protagonista de um período de intensas lutas, e pude vivenciar, de corpo e alma, o renascimento do movimento estudantil e, ao mesmo tempo, fazer parte de uma geração que pode se orgulhar de ter conduzido o nosso país ao processo de redemocratização política."***

Ditadura – Esses dois momentos apenas ilustram o que foi o movimento estudantil nos anos 80, época de permanente mobilização social e atividades culturais. Tínhamos também pela frente, ainda em vigor, embora já em processo de desgaste, uma ditadura militar, que nos negava, inclusive, o direito de escolhermos o presidente da República. E essa foi mais uma batalha da qual nossa geração participou intensamente. Desde o primeiro comício em prol das eleições diretas, que, ao contrário do que se imagina, não ocorreu na Praça da Sé, em São Paulo, nem no Espírito Santo, mas em Goiânia, no ginásio da Universidade Católica de Goiás (UCG), onde se realizaria um ato, organizado pelo Diretório Central dos Estudantes da UCG, com o apoio de outras entidades e com a presença dos senadores Teotônio Vilela e Ulisses Guimarães, já falecidos.

O espaço ficou pequeno e o ato foi transferido para o meio da rua, em frente ao ginásio. Iniciávamos, assim, mais uma frente de batalha, que perdurou até o momento da votação da Emenda Dante de Oliveira, e após termos vivenciado multidões percorrerem praças e avenidas, somando, em alguns casos, mais de um milhão de pessoas. Apequenado e amedrontado, o Congresso Nacional, ainda sob o controle dos militares e de setores conservadores, negou-se a garantir o direito ao povo brasileiro de ter eleições diretas para presidente. Rejeitada a emenda, uma aparente frustração e uma visível revolta sugeriam um sentimento de derrota.

Mas nossa geração ainda tinha pela frente duas lutas importantes. Derrotar os militares e escolher um Congresso Constituinte. Não nos restou outro caminho a não ser apoiar o senador Tancredo Neves para o Colégio Eleitoral. Em 1984, tendo sido vice-presidente regional Centro-Oeste da União Nacional dos Estudantes (UNE), pude representar a entidade na Comissão Nacional da Juventude Pró-Tancredo, ao lado de Aécio Neves, Roseana Sarney, Guel Arraes, Delcimar Pires (goiano e então presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES) e de uma filha do escritor Jorge Amado, de quem não me recordo o nome. Pudemos assim, por caminhos transversais, derrotar os militares e abrir caminho para um novo tempo em nosso país.

A década de 1980 terminaria enterrando alguns dos sonhos de nossa geração, embalada pela bandeira do socialismo e da liberdade, o oposto de tudo aquilo que vivíamos havia décadas em nosso país. Mas, derrotados os militares aqui no Brasil e em boa parte da América Latina, vimos assumirem o poder governos que não representavam o nosso discurso. Outros desmoronavam nos países onde acreditávamos estarem plantadas as sementes de um sistema que deveria sagrar-se vitorioso no embate com o capitalismo. O socialismo entrou em crise nos países do leste europeu e na União Soviética, embalando de outra maneira os sonhos de uma nova geração.

A nossa geração, buscando capitalizar as intensas lutas, deixou a universidade e mergulhou na onda que percorria o mundo, preocupada em garantir com o novo deus – o mercado – as melhores posições. Outros voltaram para a universidade na condição de professores, mas já contaminados pelo novo discurso que suplantara ideologicamente as utopias socialistas. Aqueles que, como eu, permaneciam fiéis a um ideal visto como ultrapassado eram tratados jocosamente como dinossauros, seres jurássicos, para repetir a palavra da moda, embalada pelo sucesso dos filmes de Steve Spielberg. Era "in" ser neoliberal, embora ninguém aceitasse a pecha. Eram esses os chamados para comentar os rumos da economia mundial.

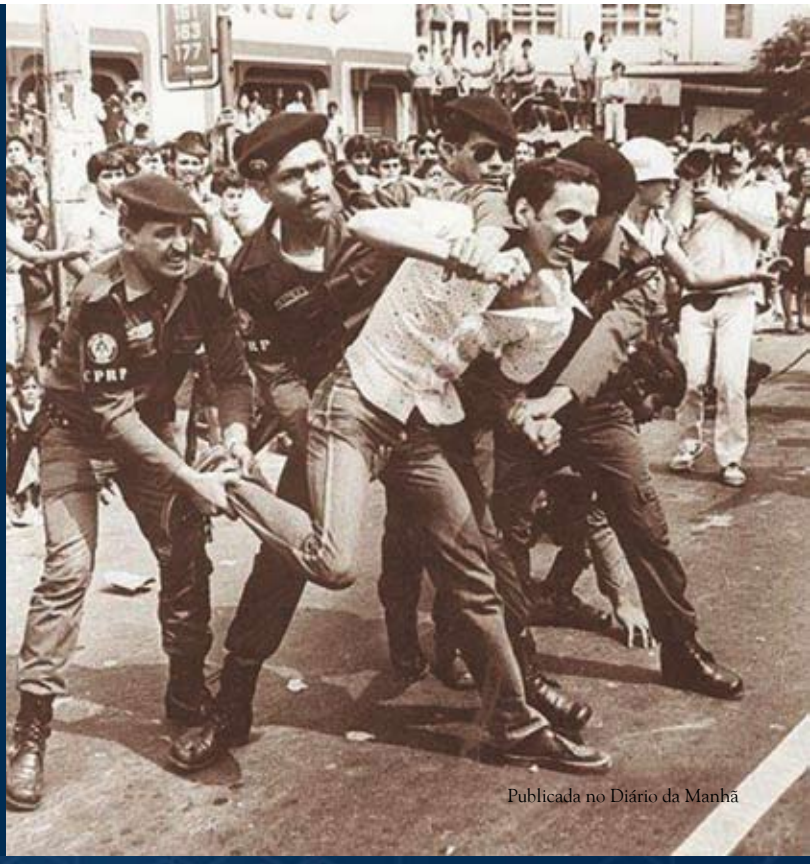
A década de 1980 passou a ser vista como a "década perdida", embora a responsabilidade por isso não fosse assumida por quem verdadeiramente a tornara assim, mas creditada àqueles que lutavam contra tudo que a transformara em uma década absolutamente improdutiva. O discurso nacionalista, a favor da estatização e da defesa da soberania, foi dado como o responsável por todos os erros, quando na verdade não passara de um discurso. A prática entreguista, submissa aos interesses imperialistas, responsável pelo caos político e econômico, safava-se aderindo ao novo estilo neoliberal de ser: da competência, da expertise, da hipocrisia. Deu no que deu: crises econômicas mundiais, aumento da desigualdade social e da marginalidade.

Vivemos dias intensos. Combatemos, como costumávamos dizer, o bom combate. Divergíamos com rigor, mas respeitando nossos adversários no movimento estudantil, caminhantes de uma mesma direção. Muito embora por meio de outras idéias, tínhamos objetivos parecidos. E éramos duros com os defensores da ditadura militar, e isso nos custou muitas prisões e espancamentos, apesar de já no fim do período das torturas, mas ainda éramos forçados a freqüentar o Dops e o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) na época.

Pudemos, recentemente, em dois encontros que realizamos para juntar aquela geração, nos reencontrar com o passado, mas ainda receosos de discutir o presente. Naturalmente, muitos de nós nos encontramos em posições diferentes dentro do espectro político e ideológico, e alguns daqueles que divergiam naquela época hoje se encontram do mesmo lado, como a reforçar o sentimento real de que a vida é repleta de contradições. Mas foram reencontros marcados por sentimentos saudosistas, repletos de lembranças de uma época que, marcou no século XX, a última geração embalada pelo ambiente da guerra fria. Soubemos e sabemos nos respeitar, principalmente porque tínhamos plena convicção de que nossos objetivos eram pautados por sentimentos humanistas, solidários e contrários a toda e qualquer opressão.

Não, definitivamente, a década de 1980 não foi uma década perdida. A nossa geração também deixou plantadas nela as sementes de um novo Brasil, que vemos agora germinar.

** Romualdo Pessoa Campos Filho é mestre em História e professor de Geopolítica no Instituto de Estudos Socioambientais (IESA)*



Manifestação estudantil, em 1981, durante o desfile de 7 de Setembro. Romualdo é imobilizado por quatro policiais, levado para o Dops e em seguida para a Polícia Federal, onde foi fichado. Naquela época, as universidades brasileiras se encontravam em greve

Publicada no Diário da Manhã

Movimento estudantil tem atuação decisiva na efervescência da universidade

*Fernando Pereira dos Santos**

O movimento estudantil no final dos anos 1970 e início de 1980 se caracterizava por disputas internas que, analisadas hoje, parecem *sui generis*. Vivíamos os anos finais da ditadura, o fim do governo Geisel e o início do governo Figueiredo. Era a época do "quem for contra a abertura eu prendo e arrebento", do general Figueiredo.

Aqui na UFG tínhamos três grupos principais atuando no movimento estudantil: a Viração ou os "tribuneiros" (em alusão ao jornal Tribuna Operária), ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), formavam o bloco popular do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Amplamente majoritários nas estruturas do movimento, controlavam a esmagadora maioria dos centros acadêmicos, mas a disputa pela direção do Diretório Central dos Estudantes (DCE/UFG) sempre foi acirrada. A Unidade ou os "reformistas", ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), vendiam o jornal Voz da Unidade, tinham como base principalmente o Centro Acadêmico de Direito, e estavam plenamente acomodados no PMDB. O Partido dos Trabalhadores (PT) abrigava militantes dos mais variados grupos de esquerda (ou nem tanto). Trotskistas do jornal Em Tempo e do Jornal do Trabalho, militantes católicos, anticomunistas e independentes de todas as matizes se agrupavam aqui. Tinham como principais "bases" os Centros Acadêmicos de Medicina, Engenharia Elétrica e, mais tarde, o de Jornalismo.

Além dessas correntes, havia alguns focos de "anarquistas" que não levavam muito a sério as "disputas ideológicas", centro das discussões.

Fernando Pereira dos Santos, atual presidente da Adufg: " A UFG que temos hoje é fruto também daquela época, que marcou de forma positiva uma geração que construiu e ainda constrói a universidade."

Em duas oportunidades lançaram chapas para o DCE. A primeira se chamava "Só Deus Salva o DCE" e a segunda, "Nem Deus Salva o DCE". Como em muitas universidades, na UFG também existiam grupos de "direita", mas que não se manifestavam organicamente.

Eu iniciei minha participação no movimento estudantil em 1979, durante as discussões para a reconstrução do Centro Acadêmico de Engenharia Elétrica. No início da década de 80 entrei para uma organização "clandestina", a Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista (ORM-DS), que editava o jornal Em Tempo e tinha como bases principais de atuação os estados de MG e RS, onde éramos majoritários no movimento estudantil. Aqui em Goiás éramos três militantes e mais alguns simpatizantes, mas na "pluralidade" que era o PT no movimento estudantil, conseguíamos dar a direção para os petistas que atuavam na UFG.

Quando assumimos a direção do DCE, em 1982, a professora Maria do Rosário Cassimiro era a reitora. Com o apoio de poucos Centros Acadêmicos, a nossa chapa Novo Rumo disputou a eleição com outras duas: a Participação (do grupo Viração) e a Alternativa (do grupo Unidade). Passamos a gestão inteira recebendo listas de abaixo-assinados oriundas de Centros Acadêmicos ligados à Viração para convocação do Conselho de Entidades de Base (CEB).

A universidade vivia uma época de muita efervescência, era o início da redemocratização, tivemos as primeiras greves de professores, de estudantes, de funcionários. O processo de eleições diretas para os órgãos da universidade começava a ser implantado de fato e o movimento deixava de ser apenas uma forma de protesto contra a ditadura, e iniciava negociações em busca de resultados práticos para o dia-a-dia da universidade.

Recordo uma ocasião em que nós, estudantes, tínhamos invadido o Restaurante Universitário (RU), e ficamos alguns dias sem alimentação. Como estávamos sendo pressionados por alguns estudantes que não tinham como fazer as refeições fora do RU, mesmo depois de muita negociação com a Reitora e com o pró-reitor de

"A universidade vivia uma época de muita efervescência, era o início da redemocratização, tivemos as primeiras greves de professores, de estudantes, de funcionários."

Assuntos Estudantis não conseguimos entrar num acordo sobre o preço da refeição. Tínhamos uma assembleia marcada para as 8 horas e a reitora convocara uma reunião com o DCE para às 5 horas da manhã, na Reitoria, localizada na época no Instituto de Ciências Biológicas (ICB 4), para tentarmos um acordo. Às 8 horas em ponto saímos da Reitoria direto para a assembleia de estudantes, no pátio entre o Instituto de Química e Geografia (IQG) e o Instituto de Ciências Biológicas (ICB), que aprovou a proposta acordada.

Uma discussão importante na época, que depois trouxe sérias consequências para a universidade, foi a mudança do sistema de créditos para o regime seriado anual. Na contramão do que ocorria nas universidades brasileiras e no mundo, acreditávamos que o regime de créditos tinha sido "inventado" pela ditadura para separar as turmas, impedindo a organização estudantil. Juntamente com os professores e a Reitoria apoiamos a proposta que implantava o regime seriado anual, o que engessou nossa universidade, e sem dúvida deixou marcas profundas na instituição, o que só muito mais tarde foi percebido, tendo o sistema sido recentemente alterado.

Hoje não sei avaliar se a UFG é substancialmente diferente daquela universidade que experimentei como estudante. Sem dúvida a instituição cresceu e se modernizou, mas é muito mais apática, mais individualista, dividida em faculdades, o que dificulta a integração entre os cursos. Os projetos coletivos existiam, mesmo que equivocados, e hoje parecem cada vez mais distante da realidade. Entretanto, a UFG que temos hoje é fruto também daquela época, que marcou de forma positiva uma geração que construiu e ainda constrói a universidade.

**Fernando Pereira dos Santos é professor do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada a Educação (Cepae)*

Intercâmbio com o exterior

Por meio de acordos de cooperação com universidades de outros países, a CAI consegue, desde a sua criação, diversos avanços para a UFG

Angélica Queiroz

Com o objetivo de abrir as portas do exterior para a universidade, em 1987 foi implantado o Núcleo de Relações Internacionais da Universidade Federal de Goiás. No mesmo ano, mediante a Portaria nº. 00373, de 7 de abril de 1987, expedida pelo então reitor Joel Pimentel de Ulhôa, foi criada a Assessoria de Assuntos Internacionais que, mais tarde, em 1991, recebeu a denominação de Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI), denominação que perdura até hoje. O órgão era responsável pelo desenvolvimento e pela ampliação da cooperação internacional da universidade com outros países.

Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira, professora aposentada da UFG e atual deputada federal, foi designada a primeira assessora, com a missão de estabelecer a estrutura adequada ao funcionamento da assessoria e definir seus objetivos, seu programa de atividades e suas condições de funcionamento. A deputada lembrou que acabava de voltar de um doutorado na Califórnia quando foi convidada por Joel Ulhôa a coordenar esse novo projeto.

Segundo relatório do mandato de Joel Ulhôa, de 1989, a criação do órgão foi fruto de um esforço para que a UFG se beneficiasse do intercâmbio com equipes, instituições e centros de pesquisa internacionais. Raquel Teixeira explicou que a Assessoria enfrentou alguns desafios como a mobilização interna. "Embora muitas pessoas tivessem anseio pelo projeto, o desconhecimento era grande", lembra. Segundo ela, um problema, foi que havia a falsa idéia de que só uma elite de professores poderia participar.

Outro desafio, segundo a professora, foi inserir a UFG no contexto internacional. "Precisávamos abrir as portas e construir a imagem de que podíamos ser parceiros importantes", recorda. Raquel citou o professor Ruy Rodrigues que, por ter morado na França, foi fundamental nesse relacionamento. A professora também ressaltou que, por causa do trabalho da equipe da assessoria, logo ficou cristalizada nas pessoas a importância dos intercâmbios.

Já em 1988, a assessoria havia conseguido assinar acordos de cooperação com o México, a República Federal Alemã, a França, a Iugoslávia e os Estados Unidos. Contatos importantes como esses começaram a abrir as portas do exterior para a universidade e deram apoio a atividades de pesquisa nas áreas de biotecnologia, agricultura, antropologia, entre outras. Esses acordos também deram início a novas possibilidades, como cursos de especialização, mestrado e doutorado para docentes e alunos da UFG no exterior, além da vinda de professores e técnicos de outros países para auxiliar em pesquisas ou oferecer cursos de especialização na universidade.

Com a criação da CAI, a UFG pôde entrar no circuito internacional, com estratégias de ação a médio e longo prazo para assegurar programas de cooperação em todas as áreas cobertas pela universidade. Essa iniciativa de investimento no âmbito internacional foi bem vista no cenário acadêmico, destacando a UFG como uma das universidades que mais investiu nos núcleos de relações internacionais, como USP, Unicamp e UFRJ que já mantiam relações com universidades européias, na época. "A comunicação e o intercâmbio sempre foram fatores de evolução científica e tecnológica, o isolamento leva ao atraso e ao conservadorismo", destaca o relatório de atividades em 1989.

ASCOM UFG

Gestão transparente, transformação a olhos vistos.

Com a administração transparente e eficiente dos recursos financeiros e orçamentários, a PROAD fornece o suporte necessário para as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFG.

PROAD
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

www.ufg.br

UFG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Do bem-estar à cidadania

ASCOM UFG

INTEGRAR os indivíduos em diferentes fases da vida

MELHORAR as condições de estudo e espaços de moradia

FORTALECER ações de promoção da saúde

MINIMIZAR desigualdades sociais

PROCOM
Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária

www.ufg.br

UFG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS